

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Um «Adeus Português» a José Maria Aznar



O MIBEL é um exemplo para a Europa

O PM na abertura
do ano judicial

Bolsa de Turismo
de Lisboa

Alberto João Jardim
em Lisboa



Intervenção sobre o tabaco

Deputado Massano Cardoso
Assembleia da República, 22 de Janeiro de 2004.

(...)

Há 40 anos, em 11 de Janeiro de 1964, foi publicado nos E.U.A. o célebre relatório “Tabaco e Saúde” (Smoking and Health - Report of the Advisory Committee to the Surgeon General of the Public Health Service. Washington, D.C.: Government Printing Office). A partir desta data o tabaco começou a ser considerado – oficialmente – responsável por inúmeras doenças das quais se destacam o cancro do pulmão, a doença pulmonar obstrutiva crónica e as doenças cardiovasculares.

(...)

Não pondo em causa o direito de cada um efectuar a sua opção, mesmo que conscientemente prejudique a saúde, torna-se evidente a necessidade de combater, limitar e prevenir a propagação desta brutal pandemia, tão lucrativa para os industriais e governos e simultaneamente tão trágica para as vítimas e familiares.

(...)

A principal medida contra o tabagismo deve-se centrar na prevenção e protecção das crianças e jovens. O grupo etário dos 12 aos 18 anos é muito vulnerável ao consumo do tabaco. Se podermos evitar que os jovens comecem a fumar antes dos 18-20 anos, é muito pouco provável que se tornem nicotínómanos. Além disso, são necessários cerca de dois anos para que um jovem se transforme de fumador psicológico em fumador nicotina-dependente.

(...)

Fumar é uma opção racional e individual.



Compete aos fumadores decidirem se querem ou não continuar a fumar. Às autoridades compete informar de modo a que cada um faça a sua escolha, mas têm a obrigação de proteger todos aqueles que não fumam e sobretudo os que devido à sua actividade profissional acabam por sofrer agressões que se traduzem em doenças graves e por vezes mortais. Às preocupações com a qualidade do ambiente em geral deverá adicionar-se a do ambiente interior dos locais de trabalho e públicos.

Importa, naturalmente, que os responsáveis políticos adoptem medidas destinadas a atingir este desiderato.

Em termos de saúde pública, uma medida política – simples – pode ser muito mais eficaz do que a intervenção de todos os agentes preocupados com o bem-estar e saúde dos cidadãos.

(...)

Intervenção sobre a Madeira
Deputado Carlos Rodrigues

Assembleia da República, 22 de Janeiro 2004

(...)

A Região Autónoma da Madeira foi nomeada Região Europeia 2004. Esta designação é atribuída, anualmente, a duas regiões europeias que se tenham candidatado e que tenham contribuído para o ideal europeu de forma acentuada.

(...)

Esta importante distinção resulta única e simplesmente do resultado de políticas acertadas, devidamente planificadas e do empenho, dedicação, capacidade de trabalho e abnegação do povo madeirense.

(...)

Os responsáveis madeirenses ...(...)... desenvolveram políticas no sentido de reduzir as desigualdades sociais...

(...)

... um projecto de desenvolvimento ímpar a nível social: levaram escolas a todas as freguesias, levaram centros de saúde a todos os concelhos, desenvolveram programas de combate à exclusão social pioneiros em todo o país, construíram um parque de habitação social sem paralelo em todo o território nacional.

(...)

Agendamento

Observatório

Quarta-Feira, dia 28 de Janeiro de 2004-15:00h

Projecto de Lei nº 384/IX (PS)

Projecto de Lei nº.../IX (PEV) (Cria a Agência Gestora da Floresta Nacional -AGFN, o Fundo de Reconversão Florestal -FRF e as Unidades de Gestão Florestal -UGF)

Projecto de Lei nº 341/IX (PEV) (Assistência a banhistas)

Quinta-Feira, dia 29 de Janeiro de 2004-15:00h

Proposta de Lei nº 92/IX (GOV)

(Adita novas substâncias às tabelas anexas ao Decreto-Lei nº 15/93, de 2 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas)

Projecto de Lei nº 130/IX (BE)
(Protecção das fontes dos jornalistas)

Apreciação Parlamentar nº 63/IX (PCP)

(Cria a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa e a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei nº 26/2002, de 2 de Novembro)

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 30 de Janeiro de 2004-10:00h

Debate Mensal com o Senhor Primeiro-Ministro

Fenómeno imigratório

Portugal pode vir a ter aspectos inéditos relacionados com o fenómeno imigratório. Enfrentar pela primeira vez várias nacionalidades que reivindiquem maior atenção e mais direitos políticos.

António Malheiro, Diário Económico, 21/01/04

Contrariar a diáspora científica

Se queremos ocupar um lugar no pelotão da frente, já agora, valeria a pena algum pioneirismo europeu na matéria.

Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 21/01/04

Até Onde?

Até hoje, a generalidade dos túneis feitos em Lisboa – como o do Campo Grande, da Avª João XXI e das Olaias – foram construídos sem que a CML tivesse aprovado qualquer projecto de execução.

Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 22/01/04

Ainda a justiça e os media

Ao fim e ao cabo, tudo se resume, com bom senso, à conciliação de valores e princípios impostos pelo estado de direito democrático.

Guilherme Silva, A Capital, 23/01/04



Intervenção sobre as infracções ao Regime Jurídico aplicável à Vinha...e ao Trânsito de Vinhos...,bem como, a Acta Final da Conferência dos Estados Membros da Organização Internacional da Vinha e do Vinho...

Deputado Costa e Oliveira
Assembleia da República, 21 de Janeiro de 2004

(...)

O Governo põe em discussão hoje, nesta Assembleia da República, dois Diplomas – uma Proposta de Lei e uma Proposta de Resolução – ambas alusivas ao Sector da Vinha e do Vinho, em Portugal.

...ao falarmos de **Vinha e Vinho**, estamos a reflectir sobre o **sector que tem maior incidência no Produto Agrícola Nacional**. Mais, ao falarmos deste Tema, consideramos centenas de milhar de hectares de terra, centenas de milhar de agricultores e suas famílias, milhões de Euros de actividade económica.

(...)

...o actual Governo, atendendo a este peso tão significativo, dispôs-se, logo de início, a estruturar, melhorando, o “edifício” institucional do Sector, a fim de que este responda, com mais eficácia e

prontidão, às solicitações que lhe são dirigidas pelos agentes económicos, contemplando toda uma fileira, que anseia por uns dinamismo e progresso desta tão significativa actividade.

(...)

...fundamental legislar sobre as Infracções ao regime jurídico estabelecido, seja na Vinha, no Vinho ou nas diversas outras actividades desenvolvidas no Sector.

(...)

Não podemos consentir, nenhum de nós, que no Sector se **instale um certo tipo de anarquia**, como que num “deixa andar”, em que impera a lei do mais forte, sendo certo que esta força é obtida a qualquer custo, por vezes mesmo sem escrúpulos de qualquer espécie.

(...)



...Aprovar, para Ratificação, a Acta Final da Conferência dos Estados Membros da denominada OIV. Como sabeis, **estamos perante uma Organização**, que **intervém em benefício da Vinha e do Vinho**, a nível Mundial, em todas as suas vertentes.

Porém, para que a mesma assuma toda a abrangência da fileira interessada e adquira a necessária formalidade, importa que o Acordo que, agora, a institui, seja aceite e ratificado, pelos diversos Estados Membros.

(...)

Termino, reafirmando: continuamos, todos, a edificar uma “institucionalidade” na vinha e no Vinho, no nosso País, que, decerto, aproveitará a todos quantos se dedicam a esta interessante actividade e a todos aqueles que, com ela e de alguma forma, se relacionam e tem a ver.

(...)

Intervenção sobre a instalação de um Centro de Saúde na freguesia de Canidelo, concelho de Vila Nova de Gaia

Deputado José Manuel Pavão
Assembleia da República, 16 de Janeiro de 2004



(...)

Na presente sessão a Câmara vai analisar uma petição subscrita por Hermínio Ribeiro de Almeida como seu primeiro signatário e cujo alcance é a decisão de instalar um Centro de Saúde na freguesia de Canidelo, concelho de Vila Nova de Gaia.

Para tanto alegam os subscritores justificando o objectivo da Petição em apreço que a freguesia de Canidelo conta actualmente com uma população de cerca de 30.000 habitantes, sendo certo que nos próximos anos se verificará um significativo aumento se atendermos ao crescimento da construção de habitação em curso .

(...)

Das diligências entretanto efectuadas estamos em condições de informar a Câmara do seguinte:

1 - Que a Junta de Freguesia do Canidelo e a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia disponibilizaram um terreno para o pretendido Centro de Saúde;

2 - Que a ARSS do Norte após verificação do Local aprovou o terreno disponível;

3 - Que a assinatura do acordo entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e a ARS do Norte terá lugar no prazo máximo de 20 dias;

4 - Que o projecto da obra será posto a **concurso no prazo máximo de um mês**, e finalmente;

5 - Que **a obra poderá iniciar-se no segundo semestre do ano corrente** já que a informação do Gabinete do Senhor Ministro da Saúde garante que está inscrito no PIDDAC 2004 uma verba para a construção da Unidade de Saúde da Freguesia do Canidelo.

(...)

Resta pois acrescentar que o **Partido Social Democrata continuará** como é seu espírito e prática politica **a ouvir com atenção a voz e as aspirações do povo** e a tudo fazer para que as mesma tenham as devidas e legítimas concretizações.

(...)

Intervenção sobre os Educadores de Infância

Deputado Pedro Alves
Assembleia da República, 16 de Janeiro de 2004



(...)

A apreciação da petição 25/IX/1ª que solicita a alteração do artigo 1º da Lei 5/2001 de 2 de Maio, é ante de mais, um **acto de elementar justiça na procura de um tratamento homogéneo** àquilo que **de diferente modo foi tratado quando a igualdade se impunha.**

(...)

No que concerne à interpretação e aplicação da Lei nº 5/2001, de 2 de Maio, não sendo ela pacífica, denota-se alguma descoordenação por parte da Administração Pública.

Desde logo, o parecer homologado pelo então Secretário de Estado da Solidariedade e segurança Social,

de 19 de Novembro de 2001, que entendia a Lei nº 5/2001 deveria ser interpretada extensivamente, de forma a abranger todos os educadores de infância habilitados com os CPEI, criados pelo despacho nº 52/80, independentemente da categoria detida aquando da admissão dos referidos cursos.

Por seu lado, o Instituto de solidariedade e segurança social defendia que a lei, apenas devia ser aplicada aos ex-auxiliares que concluíram os CPEI com aproveitamento.

Por outro lado, o Secretário de Estado da Administração educativa considerava que, tal como já era defendido pelo Ministério da Educação, apenas é relevante o tempo de serviço prestado na categoria de auxiliar de educação.

E no mesmo sentido, foi o despacho de 9 de Janeiro de 2003 da secretária de estado da Segurança Social

(...)

Deste modo **entende o Grupo Parlamentar do PSD solidarizar-se com a petição em análise de molde a sanar as injustiças de que foram alvos aqueles profissionais, vigilantes e monitores de creches e jardins-de-infância** que embora não sendo auxiliares de educação exerceram funções inerentes à categoria de educadores de infância e frequentaram os cursos do CPEI.

Assim **pretende o GP/PSD que seja contado ao pessoal auxiliar com funções pedagógicas o tempo de serviço efectivamente prestado no exercício de funções inerentes à categoria de educadores de infância**, quer este tenha tido lugar antes, durante ou após a conclusão dos cursos atrás referidos e desde que o ingresso nos mesmos tenha ocorrido até ao ano lectivo de 1986/87, data limite de acesso aos cursos de promoção.

(...)

O PSD Propõe

Projecto de Lei Nº 406/IX

Promoção da Segurança nos locais destinados a banhistas

(...)

O presente diploma tem por objecto a garantia da segurança dos banhistas nas praias marítimas e fluviais, bem como nos lagos, lagoas e outras águas interiores reconhecidas, pelas entidades competentes, como adequadas para a prática de banhos.

(...)



Intervenção sobre a Casa do Douro

Deputado Melchior Moreira
Assembleia da República, 21 de Janeiro de 2004



(...)

...só estamos aqui hoje porque **os Senhores do PS**, durante os 7 anos que foram Governo, **não fizeram o trabalho que lhes competia:**

Fizeram um saneamento financeiro da Casa do Douro no pressuposto da venda dos seus vinhos ao comércio, mas não lhe perguntaram se este estava disposto a comprá-lo;

Arrancaram com a Comissão Inter profissional da RDD em 1997 transferindo funções da Casa do Douro e não libertaram a Casa do Douro de funcionários excedentes;

Não libertaram a Casa do Douro dos encargos com as pensões complementares de aposentação e sobrevivência;

Não conseguiram sequer completar o projecto da CIRDD, passando para a segunda fase da implementação, após o termo do período transitório que cessou em 2000;

Quando a Casa do Douro começou a incumprir com a banca, em 2001, abandonaram-na à sorte.

Serão estes os bons ofícios que o Partido Socialista está a reclamar da sua actuação na Casa do Douro?

Ou será o acumular de excedentes que permitiram ao homologarem comunicados de vindima com quantitativos de benefício muito superiores às necessidades de mercado?

Ou será a permissividade de terem mitigado a questão da inclusão de preços indicativos no Comunicado de Vindima de 2001, que motivou um pedido de explicações da Comissão, por Portugal ter violado regras expressas no Tratado de Roma e na OCM Vitivinícola?

(...)

Foi por causa desta actuação irresponsável dos Governos do Partido Socialista, que o **Governo do PSD** teve de deitar mãos à obra lançando **uma profunda reforma institucional** que pusesse cobro o descalabro em que o Governo do partido Socialista arrastou a Região Demarcada do Douro.

(...)

O PSD Pergunta

Requerimento ao Ministério da Economia e ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho
Sobre a taxa de IRS – Rendimentos Prediais de Portugueses residentes no estrangeiro

Dep. Eduardo Neves Moreira

Requerimento ao Ministério da Justiça
Sobre o número de portugueses que foram sujeitos à declaração de perda de nacionalidade desde a entrada em vigor da lei nº 37/81, de 3 de Outubro.

Dep(s) Manuela Aguiar e outros

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião da semana passada, aprovou diversos diplomas, dos quais 13 Decretos-Lei, 5 resoluções, duas deliberações e uma proposta de Lei.

Um dos Decretos-Lei impõe a transposição para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/40/CE da Comissão Europeia, de 16 de Maio de 2003, que estabelece a lista, os limites de concentração e as menções constantes do rótulo para os constituintes das **águas minerais naturais**, bem como as condições de utilização de ar enriquecido em ozono para o tratamento das águas minerais naturais e das águas de nascente.

Este diploma estabelece a lista dos constituintes das águas minerais naturais que podem apresentar um risco para a saúde pública, que se encontram naturalmente presentes na água, e não resultam de uma eventual contaminação da nascente; fixa os limites para os teores admissíveis dos constituintes das águas minerais naturais e os respectivos prazos de aplicação; determina quais as menções constantes do rótulo, relativamente a determinados constituintes, e ainda as condições de utilização do ar enriquecido em ozono para a separação dos compostos de ferro, manganês, enxofre e arsénio das águas minerais naturais e das águas de nascente, e a menção que deve constar do rótulo das águas que foram objecto deste tratamento.

Aplicam-se também às águas de nascente algumas das disposições previstas neste diploma.

Estrutura, competência e funcionamento do Conselho Nacional da Água

Por Decreto-Lei foi alterado o Decreto-Lei n.º 166/97, de 2 de Julho, que aprova a estrutura, competência e funcionamento do Conselho Nacional da Água.

As alterações introduzidas por este diploma consubstanciam-se no seguinte:

Delimitação mais precisa do âmbito de actuação do Conselho;

Redução, ainda que ligeira, do número de membros;

Inclusão de um novo membro, representante de entidade reguladora com intervenção significativa na gestão dos sistemas de abastecimento de água potável;

Inclusão de representantes das entidades pertinentes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, dando ao CNA uma efectiva dimensão nacional;

Limitação da duração dos mandatos dos membros do Conselho designados em representação, condição para a desejável renovação deste órgão nacional de consulta.

Publicidade e a informação na aquisição de imóveis para habitação

Um Decreto-Lei estabelece os requisitos a que devem obedecer a publicidade e a informação disponibilizadas aos consumidores no âmbito da aquisição de imóveis para habitação, visando reforçar os direitos dos consumidores à informação e à protecção dos seus interesses económicos, em matéria de aquisição de imóveis para habitação.

Para concretização desse objectivo, este Decreto-Lei estabelece um conjunto de obrigações a cargo dos profissionais que se dedicam à actividade de construção e aquisição de imóveis destinados à habitação.

Desde logo, importa referir a obrigação a cargo destes agentes, em especial a cargo do promotor imobiliário, de elaborar e disponibilizar aos consumidores adquirentes um documento descritivo das características técnicas e funcionais da habitação, reportadas ao momento da conclusão das obras de construção.

Este documento explicativo, que no presente diploma toma a designação de “Ficha Técnica da Habitação”, deve obedecer a um conjunto de requisitos legais, ou seja, deve expressar um conjunto mínimo de informações, podendo, inclusivamente, apresentar informações complementares. Quer as informações mínimas obrigatórias, quer as informações complementares devem encontrar-se redigidas em língua portuguesa e de forma clara e perceptível ao destinatário.

O presente diploma também consigna regras a que deve obedecer a publicidade sobre imóveis para habitação e sobre a informação que deve estar disponível nos estabelecimentos de venda.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

Por Decreto-Lei são alterados os Estatutos do Instituto de Gestão

Financeira da Segurança Social e do Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

O presente Decreto-Lei tem por objectivo adequar as estruturas dos dois Institutos ao novo quadro normativo da segurança social e às atribuições que cada um deles prossegue, clarificando as respectivas funções, evitando sobreposição de intervenções e privilegiando a eficácia das mesmas, o que se repercute inخورavelmente nos custos inerentes e na actuação da segurança social.

Trata-se de um ajustamento pontual, cuja premência é determinada pelos imperativos de adequação das prestações e de eficácia da respectiva gestão, jamais pondo em causa o propósito de se realizar uma reforma orgânica profunda que permita uma adequação plena das estruturas às novas realidades sociais, em consonância com as bases do sistema de segurança social, definidas pela Lei n.º 32/2002.

Transferência dos direitos à pensão

Decreto-Lei que define, no âmbito do regime de protecção social privado do sector bancário, a modalidade e os termos da transferência dos direitos à pensão, prevista nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º do Anexo VIII do Estatuto dos Funcionários das Comunidades Europeias.

O Decreto-Lei hoje aprovado define os termos e os procedimentos a adoptar pelo regime de protecção social privado do sector bancário, com vista à efectivação da transferência dos direitos à pensão de beneficiários desse regime que passem a exercer funções como funcionários ou agentes temporários das Comunidades Europeias. A modalidade agora criada vem na mesma linha do que dispõem o Decreto-Lei n.º 181/97, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 239/98, para o regime geral de segurança social e para o regime de protecção social da função pública, o Decreto-Lei n.º 85/2001, para a Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi e o Decreto-Lei n.º 211/2002, para a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

Outro Decreto-Lei sobre a mesma matéria, altera o Decreto-Lei n.º 181/97, de 24 de Julho, que define os termos da transferência dos direitos à pensão adquiridos a título das actividades exercidas no âmbito dos regimes das Comunidades Europeias na sequência do início ou cessação de funções.

A adopção da presente alteração legislativa decorre da necessidade de clarificar alguns aspectos do quadro legal que levantam dificuldades práticas no processo de transferência dos direitos à pensão, concretamente no que se refere à instituição competente para receber os respectivos pedidos, bem como no que diz respeito ao prazo para requerer, concedido aos agentes temporários e demais pessoal equiparado a funcionário comunitário.

Prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera

Um Decreto-Lei estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, fixando os princípios, objectivos e instrumentos apropriados à garantia da protecção do recurso natural ar, bem como as medidas, procedimentos e obrigações dos operadores das instalações abrangidas, com vista a evitar ou reduzir a níveis aceitáveis a poluição atmosférica originada nessas mesmas instalações.

O presente diploma decorre da necessidade de operar uma profunda revisão no regime das emissões de poluentes e de instituir um novo regime legal de protecção e controlo da poluição atmosférica.

Nestes termos, o regime legal de protecção e controlo da poluição atmosférica ora instituído procede à actualização de conceitos, metodologias, princípios e objectivos e define os traços gerais de uma verdadeira política de prevenção e controlo da poluição atmosférica, estabelecendo, simultaneamente, um regime sancionatório que se reputa adequado.

Com este Decreto-Lei, o Governo garante a actualização dos instrumentos de política da qualidade do ar, de acordo com as mais recentes iniciativas da União Europeia nesta matéria, no âmbito dos Quinto e Sexto Programas de Acção Comunitários em Matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e em consonância com a Directiva n.º 96/62 do Conselho, relativa à avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente e com a Directiva n.º 2001/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao estabelecimento de tectos nacionais de emissão de determinados poluentes atmosféricos.

O Governo considera também que o presente diploma contribui de forma determinante para o cumprimento dos objectivos e metas adoptados por Portugal e pelos restantes Estados-Membros da União Europeia, com

Conselho de Ministros

a assinatura do Protocolo de Gotemburgo, de 1 de Dezembro de 1999, à Convenção de 1979 da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (UNECE) sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo à redução da acidificação, da eutrofização e do ozono troposférico.

Constituição e à manutenção das reservas de segurança de produtos de petróleo

Por Decreto-Lei é alterado o Decreto-Lei n.º 10/2001, de 23 de Janeiro, que estabelece as disposições aplicáveis à constituição e à manutenção das reservas de segurança em território nacional de produtos de petróleo.

O presente diploma introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 10/2001 e ao Anexo I do Decreto-Lei n.º 339-D/2001, que têm o objectivo de viabilizar o recurso à constituição de reservas em países comunitários.

Esta possibilidade assume carácter meramente complementar, respeitando condições que salvaguardem os objectivos de segurança, que são o motivo da manutenção das reservas. Neste sentido, estipula-se que:

As directrizes a que há de obedecer a possibilidade de constituição de reservas em outros Estados da União Europeia são definidas pelo Ministro da Economia;

As autorizações são requeridas, caso a caso, ao director-geral de Geologia e Energia, que decidirá em despacho fundamentado e subordinado àquelas directrizes.

Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja

Decreto-Lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 155/2000, de 22 de Julho, que cria a sociedade EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S. A..

A promoção da utilização da Base Aérea de Beja para fins civis reveste-se de interesse público nacional, representando um investimento público

significativo, cuja execução assume especial complexidade.

Este tipo de projecto, situado em áreas altamente concorrenciais, carece de instrumentos que lhe confirmem eficiência de prazos de execução e de exploração, de forma a garantir a disponibilização dos terrenos situados na zona reservada para construção da placa de estacionamento, dos caminhos de circulação, ligação à pista e zonas limítrofes.

Neste sentido, cumpre dotar a EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A. dos mecanismos legais necessários à prossecução das atribuições de interesse público que lhe estão cometidas, nomeadamente conferir-lhe capacidade expropriativa que garanta o cumprimento dos seus fins.

Suspensão parcial do Plano Director Municipal de Proença-a-Nova

Por Resolução do Conselho, é ratificada a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Proença-a-Nova.

O Governo resolveu ratificar a suspensão parcial do Plano Municipal de Proença-a-Nova de modo a possibilitar a construção do Parque Eólico do Vergão, tendo em conta os objectivos nacionais de incentivo e incrementação da utilização de energias renováveis, nomeadamente do aproveitamento de energia eólica para a produção de electricidade, a qual tem sido encarada como um vector muito importante, quer no que respeita ao cumprimento da estratégia nacional de redução de emissão de gases com efeito de estufa, quer no âmbito da diversificação das fontes e da melhoria da segurança do abastecimento energético.

Plano Director Municipal do Fundão.

Outra Resolução do Conselho ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal do Fundão.

A aprovação desta Resolução decorre da necessidade de instalar no

«Ficha Técnica da Habitação» obrigatória nas transacções imobiliárias

Em declarações aos jornalistas, após a realização do Conselho de Ministros, José Luís Arnaut, Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, pormenorizou a aprovação, nessa reunião, da chamada “Ficha Técnica da Habitação”, um documento que terá de ser apresentado pelos responsáveis pela venda de imóveis no acto da escritura, para que os compradores tenham acesso a todas as informações pertinentes à aquisição, que representa, para a generalidade dos cidadãos, o maior investimento de uma vida.

“O objectivo desta medida é garantir mais transparência e rigor. Transparência para os que compram a sua habitação e rigor na qualidade e responsabilidade”, declarou o Ministro-Adjunto, que tutela a área da defesa do consumidor e foi o grande impulsionador desta medida que, pelo seu alcance e significado é, sem dúvida, das mais importantes que tem sido tomada no sector, na última década.



José Luís Arnaut garantiu que a criação desta “Ficha Técnica de Habitação” “não terá” quaisquer custos adicionais, exigindo-se apenas “o princípio da verdade”.

O Ministro-Adjunto disse ainda que a medida entrará em vigor 90 dias depois dos ministros da Economia, Obras Públicas e ele próprio assinarem o decreto-lei.

Durante a conferência de imprensa que se seguiu à reunião do

Conselho de Ministros, José Luís Arnaut enumerou as informações que deverão integrar a Ficha Técnica de Habitação, informações essas relativas aos materiais utilizados na construção e equipamento, os contactos dos respectivos responsáveis pela obra, assim como pormenores relacionados com a existência de ascensores, escadas, lugares de estacionamento e medidas de segurança, entre outras.

“Esta medida é indispensável para que a culpa não morra solteira quando existem problemas, e também para facultar aos compradores a informação suficiente que lhes permita fazer uma análise comparativa em relação à restante oferta existente no mercado”, explicou o Ministro, que sublinhou que esta medida irá “superar uma lacuna legislativa” no sector da aquisição de habitação, e que a “Ficha Técnica de Habitação” terá de ser

obrigatoriamente apresentada no acto da escritura, podendo a sua falta impedir a concretização da mesma.

Segundo José Luís Arnaut, os compradores deverão guardar o documento por um período de 10 anos, findo o qual deverão depositar a ficha nas câmaras e nos notários.

O Ministro-Adjunto declarou ainda que estão previstas coimas e sanções no caso da “Ficha Técnica de Habitação” conter informações falsas, podendo o documento ser utilizado como “informação adicional” em qualquer investigação que esteja a correr no âmbito do combate à evasão fiscal.

Na reunião de Conselho de Ministros foi ainda aprovada a transposição de uma directiva comunitária para a ordem jurídica nacional, referente à defesa dos direitos dos consumidores, segundo a qual são estabelecidas novas regras referentes à publicidade e contratos à distância, entre outras.

- Fonte: Lusa

Conselho de Ministros

concelho um equipamento de deposição e valorização de resíduos urbanos, fundamental para a melhoria do ambiente e da qualidade de vida das populações do concelho e dos concelhos limítrofes, com impactes negativos minimizáveis através da execução de um sistema de drenagem eficaz.

Esta obra reveste-se de extrema importância para a região, uma vez que vai permitir a adequada deposição e valorização dos resíduos urbanos dos concelhos da Covilhã, Fundão, Belmonte, Manteigas, Penamacor e Sabugal, com a consequente desactivação das actuais lixeiras. Futuramente, a estação de tratamento receberá ainda os resíduos dos municípios de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Guarda, Meda, Pinhel e Trancoso.

Plano Director Municipal de Torres Novas e do Plano Geral de Urbanização de Riachos

Por Resolução do Conselho é ratificada a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Torres Novas e do Plano Geral de Urbanização de Riachos.

O Governo tomou a presente decisão face à imperiosa necessidade de criar condições à instalação de um grande número de empresas de média e grande dimensão e à fixação da população e de possibilitar o desenvolvimento urbanístico e industrial provocado pela construção das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias (IP6, EN3, Variante à EN243 a Norte da Vila, IC3 a Nascente, Linha do Norte e Linha de Alta Velocidade), pela entrada em funcionamento do Terminal Multimodal de Mercadorias do Vale do Tejo e pelo arranque a médio prazo de uma ZAL - Zona de Apoio Logístico.

“Portugal menos favorecido”

Por Resolução do Conselho foi aprovado o mapa “Portugal menos favorecido” resultante do Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos e prorroga o mandato do encarregado de missão nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2003, de 20 de Fevereiro.

O Governo, através da presente Resolução, aprova o mapa do “Portugal menos favorecido”, resultante do Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos, determinando que o mesmo seja prioritariamente usado para a discriminação positiva de base regional efectuada por medidas de carácter fiscal, de incentivo financeiro ou de carácter social.

Por outro lado, incumbe os Ministros da Economia e da Segurança Social e do Trabalho de, em articulação com os Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, das Obras Públicas Transportes e Habitação e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, promover seminários regionais nas áreas prioritárias, tendo em vista a discussão, com os agentes económicos e sociais locais, das recomendações a executar nessas áreas.

Do conjunto destes seminários deve resultar um documento final de orientações estratégicas e propostas de medidas e acções concretas, por área, que complementarão as medidas e orientações de carácter geral já anunciadas pelo Governo.

Por último, prorroga o mandato do Encarregado de Missão, Prof. Daniel Bessa Fernandes Coelho, até Junho de 2004, com vista a assegurar o apoio aos trabalhos referidos anteriormente.

Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e Certificados de Aforro

Também por Resolução do Conselho é autorizado o Instituto de Gestão do Crédito Público a contrair, em nome e representação da República, empréstimos sob a forma de Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e Certificados de Aforro.

A presente Resolução executa a autorização concedida ao Governo pela Assembleia da República, através da lei orçamental para 2004, para aumento do endividamento líquido global directo do Estado, bem como para a contracção de empréstimos e realização de outras operações de crédito, destinados, respectivamente, ao financiamento do défice orçamental, à assunção de passivos e regularização de responsabilidades e ao refinanciamento da dívida pública.

Presidente do Supremo Tribunal Militar e Comandante da Brigada Mecanizada Independente

Por Deliberação do Conselho é proposta a nomeação do Vice-Almirante José Manuel Castanho Paes para o cargo de Presidente do Supremo Tribunal

Reabilitação das zonas históricas urbanas

Entre as decisões tomadas no Conselho de Ministros em Óbidos, no dia 19, conta-se a aprovação de um importante decreto-Lei que aprova um novo regime para a reabilitação de zonas históricas e recuperação urbana, visando “inverter a tendência de degradação e desertificação” das casas nas cidades.

“Actualmente, existem em Portugal 800 mil fogos a precisar de reabilitação e 540 mil fogos vagos”, afirmou a secretária de Estado da Habitação.

De acordo com Rosário Águas, este novo regime “vai permitir aos poderes públicos intervir mais rapidamente e de forma mais eficaz nos centros urbanos”, através da criação de uma nova figura empresarial, as «Sociedades de Reabilitação Urbana».

Estas sociedades terão de ter capitais exclusivamente públicos (100 por cento municipais ou, excepcionalmente, com participação do Estado) e os privados apenas serão chamados, através de concurso público, à fase de execução das obras de recuperação ou reabilitação.

“Primeiro será dada a hipótese aos proprietários de fazerem a reabilitação. Se não o fizerem dentro de determinados prazos, haverá uma intervenção forçada dos municípios ou sociedades urbanas, que terão o poder de expropriar e licenciar”, explicou a secretária de Estado da Habitação.

O novo regime prevê ainda que os arrendatários dos fogos sujeitos a reabilitação possam pedir a suspensão do seu contrato de arrendamento, durante o tempo em que durarem as obras.

“Depois poderão voltar a ocupar as suas casas mediante uma actualização das rendas, cujo limite estará dependente dos rendimentos dos arrendatários”, precisou Rosário Águas.

“Pensamos que com este diploma será possível inverter a tendência de degradação e desertificação dos centros urbanos em Portugal”, acrescentou.

Questionada pelos jornalistas, a governante prometeu “para breve” a apresentação da nova Lei do Arrendamento.

- Fonte: “Lusa”

Militar.

Também por Deliberação é proposta a exoneração do Major-General Mário de Oliveira Cardoso do cargo de Comandante da Brigada Mecanizada Independente (BMI).

Acções inibitórias em matéria de protecção dos interesses dos consumidores

Finalmente, uma Proposta de Lei fará, quando aprovada, a transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva 98/27/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Maio de 1998, relativa às acções inibitórias em matéria de protecção dos interesses dos consumidores.

As acções inibitórias, sendo um meio processual adequado à protecção dos interesses colectivos, individuais homogéneos e difusos dos consumidores, encontravam-se já previstas no ordenamento jurídico português através do Decreto-Lei n.º 446/85, que estabelece o regime de fiscalização judicial das cláusulas contratuais gerais, e da Lei n.º 24/96 (Lei de Defesa do Consumidor), que consagra um regime de protecção dos consumidores.

Portanto, estando a maioria das medidas previstas na Directiva 98/27/CE já contempladas no direito nacional, para transpor integralmente este diploma comunitário, tornava-se, apenas, necessário consagrar as regras referentes à atribuição de legitimidade processual activa para as acções inibitórias assente na inscrição em lista, organizada por cada Estado-membro e coordenada pela Comissão Europeia, das entidades consideradas competentes nos diversos países da União Europeia.

Este diploma estabelece, ainda, a obrigatoriedade de o Instituto do Consumidor elaborar e comunicar à Comissão Europeia a lista de entidades que, em Portugal, são titulares do direito de acção.

Dos Açores

Victor Cruz defende herança cultural

No decorrer de um encontro que manteve há dias em Ponta Delgada, com a presidente da Fundação Franklin Cascaes, do estado brasileiro de Santa Catarina, o presidente do PSD/Açores defendeu um maior esforço na preservação da nossa cultura junto dos descendentes de açorianos que residem nos Estados Unidos da América, Canadá e Brasil. Victor Cruz enalteceu, em particular, a importância estratégica das comunidades de base cultural açoriana radicadas no Sul do Brasil.

O candidato a Presidente do Governo garantiu à dirigente da mais importante instituição cultural de Florianópolis, Lélia Nunes, que um próximo Executivo regional da responsabilidade do PSD “vai desenvolver uma política de especial atenção às comunidades açorianas espalhadas pelo mundo”. Segundo Victor Cruz, “um governo regional do PSD não só manterá os

compromissos em vigor como dará novos passos no sentido de reforçar as relações existentes com a Diáspora”.

Na audiência concedida à principal responsável da Fundação Franklin Cascaes, o líder da oposição regional, acompanhado do vice-presidente do PSD/Açores, Belo Maciel, inteirou-se da situação actual das comunidades de ascendência açoriana de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Victor Cruz sublinhou o interesse de preservar e desenvolver as marcas culturais açorianas que subsistem ainda no Sul do Brasil, 250 anos depois da sua colonização pelos casais oriundos das ilhas dos Açores.

Para o líder do PSD/Açores, as comunidades de açorianos no mundo devem ser um factor de desenvolvimento e crescimento económico dos Açores. Na sua Moção Global de Estratégia aprovada



no Congresso Regional de Dezembro, Victor Cruz defendeu que “essas comunidades são um mercado privilegiado para a promoção dos Açores enquanto destino turístico ancestral de referência, susceptível de reforçar o conforto dos laços familiares ou o enraizamento

histórico e cultural da Açorianidade”. Por isso, prosseguiu, “entendemos que é importante que a estratégia económica para o sector do turismo considere, e não minimize, as potencialidades económicas que esta realidade pode vir a produzir no seu crescimento”.

Também no Brasil, segundo Victor Cruz, encontramos alguns descendentes longínquos de açorianos que aí foram tentar angariar melhores condições de vida para si e para os seus, “mas essa não é a maior expressão da presença dos Açores nesse País”. Para o candidato a Presidente do Governo, “a nossa presença mais relevante é de natureza cultural”, pelo que o próximo Executivo açoriano “deve contribuir para a sua manutenção”. “Estamos disponíveis para continuar a fomentar a preservação deste segmento da nossa identidade colectiva”, concluiu. - **Gab. Press. PSD Açores**

Madeira

Presidente do Governo Regional em Lisboa com o Primeiro-Ministro e membros do Governo



O presidente do Governo Regional da Madeira reuniu no dia 21, com o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo, para abordar a resolução de alguns assuntos relacionados essencialmente com a dívida do Estado à Região.

Alberto João Jardim, almoçou com Durão Barroso, na residência oficial em S. Bento, após o qual decorreu uma reunião de trabalho com os Ministros das Finanças, Manuela Ferreira Leite, da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, e o vice-presidente do Governo Regional da Madeira, Cunha e Silva e mais tarde, com os Ministros da Justiça, das Cidades

e Ordenamento do Território, e o secretário de Estado da Defesa, Henrique de Freitas.

Após a reunião, em conferência de Imprensa conjunta com o Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, este último anunciou que irá apresentar na próxima semana uma proposta de “regionalização” para a RTP-Madeira, garantindo que a transmissão dos canais privados em sinal aberto será resolvida até ao final do ano.

“A regionalização da RTP-Madeira está em curso”, declarou Nuno Morais Sarmiento, garantindo estar a preparar o

“esboço” de uma proposta de estatutos, que será apresentada “na próxima semana”. Em causa está a entrada de capitais públicos e privados madeirenses na RTP-Madeira.

Sobre o acesso dos madeirenses a todos os canais televisivos nacionais, Morais Sarmiento afirmou que o Governo está a estudar essa matéria desde há oito meses.

“Seguramente que, no ano de 2004, iremos resolver esta situação”, prometeu o Ministro da Presidência, referindo-se ao facto da população madeirense ter acesso à “A Dois”, SIC e TVI unicamente através da televisão por cabo.

Nas suas declarações aos jornalistas, o líder do PSD/Madeira e presidente do Governo Regional falou da dívida do Estado ao Governo madeirense, dívida essa contabilizada pelo Tribunal de Contas (TC), e que tanto Alberto João Jardim como o ministro da Presidência, Morais não quantificaram remetendo os jornalistas para a consulta ao relatório do Tribunal Constitucional.

“Este Governo fez o inventário rigoroso de tudo o que estaria pendente da parte do Estado para a região autónoma da Madeira e vice-versa”, explicou Alberto João Jardim,

acrescentando que estas dívidas reportam a faltas de pagamento do anterior Governo socialista, mais concretamente no início de 2002.

“O Governo anterior não cumpriu a lei de financiamento das regiões autónomas, pelo que já foram contabilizadas essas dívidas, conforme o disposto na lei regional”, acrescentou Alberto João Jardim.

A este respeito, Morais Sarmiento adiantou que a dívida deverá ser saldada “até ao final do primeiro semestre deste ano”, adiantando que “noutros casos existem receitas indevidas arrecadas pelo Estado central e que se referem a exercícios orçamentais já fechados”, acrescentou o ministro da Presidência.

Questionados acerca dos motivos pelos quais a reunião se prolongou por algumas horas, tanto Alberto João Jardim como Morais Sarmiento disseram que foram analisadas “questões pendentes”, cerca de 40 medidas.

De acordo com os dois governantes, na lista dos assuntos abordados esteve a questão do acesso dos madeirenses a todos os canais de televisão nacionais, a regionalização da RTP e RDP e a administração da Justiça na Madeira. -

Fonte: Lusa



Apoio à comunidade imigrante

Medidas de grande alcance social garantem legalização de contribuintes e autorizam a reunião familiar

No passado dia 19 o Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, anunciou que os imigrantes ilegais que tenham descontado para o fisco e segurança social durante três meses podem regularizar a sua situação, através de um registo no Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

“Não se trata de um período de legalização extraordinária, estes trabalhadores já têm um vínculo com o Estado português, já que pagam impostos e descontam para a Segurança Social”, sublinhou Morais Sarmento, durante a apresentação de um conjunto de diplomas relativos à imigração, aprovados no Conselho de Ministros de Óbidos.

Morais Sarmento anunciou ainda que o Governo aprovou um regime especial para os filhos de imigrantes em Portugal que garante o acesso destas crianças à educação e saúde, independentemente da situação legal dos pais no país.

“Queremos acabar com situações de recusa de prestação de cuidados de saúde ou de acesso à educação destas crianças, pelo medo dos pais serem penalizados”, afirmou.

Este regime foi aprovado em conjunto com o diploma que regulamenta a Lei da Imigração e com a resolução do Governo em que é proposta uma quota máxima de novos imigrantes no país este ano. “Portugal precisa de imigrantes. A população portuguesa está a envelhecer e os

justificando este conjunto de diplomas. “No entanto, apenas podemos receber os imigrantes que, responsabilmente, tivermos capacidade de acolher em condições justas e humanas”.

De acordo com o ministro da Presidência, os diplomas hoje apresentados, em conjunto com a Lei da Imigração em vigor desde Março de 2003, configuram “uma política única de imigração do Governo, positiva e pró-activa”.

Ainda sobre este assunto e numa entrevista concedida ao “Correio da Manhã” no dia 22, Morais Sarmento pensa que mais de 100 mil imigrantes podem entrar em Portugal ao abrigo das novas formas de legalização decididas pelo Governo. A maior parte destas entradas ficará a dever-se ao princípio da reunião familiar, que passa a ser permitida.

Actualmente é apenas permitido o reagrupamento familiar para os imigrantes com autorização de residência, mas o Governo vai passar a autorizar a reunião familiar para os titulares de simples autorização de



receber subsídio de desemprego.

“Quotas de imigração determinam os imigrantes que tivermos capacidade de acolher bem, com dignidade e humanidade”

O Governo tinha entretanto tornado pública a aprovação, para este ano, de uma quota máxima de 6.500 novos imigrantes, um valor ainda provisório e sujeito à audição de diferentes entidades. Esta resolução foi aprovada no Conselho de Ministros de Óbidos, no sábado, e anunciada publicamente

naquele dia. O Governo chegou a este número através de um relatório das necessidades da mão-de-obra que Portugal necessita para este ano, elaborado através de um inquérito a 20.000 empresas portuguesas e um estudo universitário.

“Para 2004 as necessidades de mão-de-obra imigrante rondam as 20.000 pessoas” afirmou Bagão Félix. No entanto, a este número o Governo subtraiu o actual número de imigrantes legalizados inscritos nos centros de desemprego, entre 12 a 13 mil.

“Pela subtracção destes dois valores, chegamos a uma necessidade líquida de 6.500 imigrantes”, explicou o ministro da Segurança Social e do Trabalho.

Por sector de actividade, o Governo prevê que as necessidades de mão-de-obra imigrante seja de 2.100 pessoas na agricultura, 2.000 na hotelaria, alojamento e restauração, 1.900 na construção civil e cerca de 500 em outras áreas.

Para preencher a quota, o Governo vai dar prioridade aos estrangeiros inscritos nos centros de desemprego, aos que tenham entrado no país ao abrigo da legislação que facilita a reunião de famílias e àqueles que sejam oriundos de países com os quais Portugal tem acordos bilaterais, explicou o Ministro, afirmando que

em situação irregular em Portugal e que, através do novo decreto, podem ter direito à legalização.

“Temos de ter consciência de que quando falamos de reunião familiar estamos a falar de um universo superior a 100 mil pessoas que ao longo do tempo virão para Portugal ao abrigo deste decreto”, referiu o ministro da Presidência, estimando que existam em Portugal, neste momento, cerca de 50 mil imigrantes ilegais.

Morais Sarmento prevê que cerca de 10 mil imigrantes ilegais possam regularizar a sua situação ao abrigo do novo regime que permite a legalização aos imigrantes que tenham descontado para o fisco e para a segurança social ao longo de, pelo menos, três meses.

Quanto à quota de 6.500 imigrantes imposta pelo Governo para entrarem este ano em Portugal, o governante disse que o número não deve ser visto “isoladamente”.

“Feito com base num levantamento muito exaustivo junto de empresas, entidades patronais e associações sindicais, o que o relatório identifica é uma necessidade de cerca de 19 a 20 mil novos trabalhadores”, referiu, frisando, no entanto, que há cerca de 16.500 imigrantes sem emprego, fazendo a média dos últimos meses e mais de oito mil estão a



imigrantes vão ser necessários para manter a competitividade do país”, afirmou Morais Sarmento,

permanência.

Há mulheres, maridos ou filhos de imigrantes ilegais que estão também

Apoio à comunidade imigrante

As quotas para novos imigrantes determinam o seu acolhimento com integração, humanidade e dignidade

esta quota proposta pelo Governo não é ainda definitiva, estando sujeita a uma audição prévia de entidades como o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, a Associação Nacional de Municípios e outros parceiros sociais.

“A prioridade deste Governo é uma integração real e humanista”, disse, lembrando que “Só podemos receber os imigrantes que tivermos capacidade de acolher bem”.

Quem descontou para o Fisco ou a Segurança Social, pode ser legalizado

Depois da entrada em vigor deste decreto regulamentar da Lei da Imigração, abre-se um período de 45 dias para os imigrantes que possam provar ter descontado, pelo menos durante 90 dias, quer para o fisco quer para a Segurança Social, requerer o registo obrigatório junto do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

“Depois, haverá um prazo de seis meses para que estes dados sejam apreciados e verificados”, explicou o Ministro. Só poderão requerer tal registo os imigrantes que tenham entrado em Portugal até à entrada em vigor da Lei da Imigração, no início de Março de 2003.

O Governo prevê que também os imigrantes que, tendo recebido os seus

ordenados líquidos dos descontos e eventualmente tenham sido “enganados” pela entidade patronal, que não fez a sua entrega nos serviços competentes, terão o mesmo tratamento. Basta comprovar (através de recibos, por exemplo) que a entidade patronal ou reteve os descontos na fonte e não os entregou ou ainda que nunca efectuou os descontos poderão também requerer este registo”, explicou o ministro da Presidência.

Para regularizarem a sua situação, os imigrantes deverão ter um registo criminal “limpo”, tanto em Portugal como no país de origem. A verificação dos dados será feita em conjunto por três Ministérios: Segurança Social, Administração Interna e Negócios Estrangeiros.

“Com estes novos diplomas o Governo demorará apenas um mês e meio a entregar um visto de trabalho, contra mais de um ano que era necessário antes da entrada em vigor da Lei da Imigração”, disse Ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes.

Também este decreto regulamentar estará sujeito a um conjunto de audições e de recolha de pareceres antes da sua entrada em vigor. Questionado pelos jornalistas, o ministro Bagão Félix avançou com uma “indicação” do número de imigrantes que poderão estar em condições de requerer este tipo de



registo: entre 2.500 e 10.000 e lembrou que “... os imigrantes que regularizem a sua situação, através deste novo regime, não contarão para efeitos da quota proposta pelo Governo, até porque já estão no mercado de trabalho.

Neste decreto regulamentar, o Governo estabeleceu ainda como

prioridade que os imigrantes que detêm autorização de permanência em Portugal passem a ter direito à reunião familiar e possam ter acesso preferencial ao mercado de trabalho no universo definido pela quota, o que vai ao encontro de esperanças e desejos da maioria da comunidade imigratória. – Fonte: Lusa

De Ilhavo:

O presidente da Câmara faz o balanço de dois anos de mandato

No dia 7 de Janeiro de 2004 cumpriram-se dois anos (metade) do actual mandato autárquico, que tem como objectivo principal «Continuar a Mudar o Concelho de Ílhavo», dando seguimento ao trabalho realizado no mandato de 1998/2001 e cumprindo os objectivos do programa eleitoral do PSD, que os eleitores do concelho de Ílhavo transformaram, pelo voto, em Programa de Acção da Câmara Municipal de Ílhavo.

Neste dois anos (2002 e 2003) continuámos a investir em muitas frentes e em todo o Concelho, tendo conseguido realizar investimentos com valor superior a 50% aos que realizámos na primeira metade do mandato anterior. Vamos continuar a fazer mais e melhor, em parceria com os Cidadãos, as Associações, as Empresas, as Juntas de Freguesia, o Governo de Portugal.

Estamos seguros da qualidade do trabalho que temos realizado, e estamos determinados em continuar, fazendo mais e melhor: no saneamento básico, na rede viária, na qualificação urbana, nos jardins, na cultura, na juventude, na acção social, no apoio e incentivo a privados, entre muitas outras áreas bem definidas no Plano de Actividades da Câmara Municipal de Ílhavo.

Agradecemos a todos o apoio e a ajuda dada até aqui, e seguramente continuada neste ano de 2004, que desejamos vivamente que seja bom, que possa ser o melhor dos anos da nossa vida e da vida da nossa terra.

Contamos Consigo. Continue a contar connosco. - José Ribau Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, in «O Farol», boletim do PSD/Ílhavo



Mercado Ibérico de Electricidade

Durão Barroso e J M Aznar presidem à assinatura do MIBEL na visita de despedida do PM de Espanha

Como tínhamos noticiado no último número do “Povo Livre”, o Primeiro-Ministro espanhol, José Maria Aznar, deslocou-se na terça-feira da semana passada a Lisboa para participar, com Durão Barroso, no Fórum Empresarial Luso-Espanhol e na cerimónia de assinatura do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL).

Aznar chegou a Lisboa de manhã e encontrou-se logo a seguir com Durão Barroso, a residência oficial do Primeiro-Ministro. Seguiram depois para o Centro de Congressos da Associação Industrial Portuguesa, onde falaram no Fórum Empresarial Luso-Espanhol.

Ao meio-dia, os dois chefes de Governo dirigiram-se ao Centro Cultural de Belém para a assinatura do Acordo Internacional do Mercado Ibérico de Electricidade, que é uma antecipação a nível ibérico, da liberalização do mercado europeu da energia, prevista para 2007, e entrará em vigor a partir de 20 de Abril.

As empresas passam a poder realizar contratos de aquisição de electricidade a prazo e com preço pré-definido a qualquer dos fornecedores que operam no espaço ibérico.

Os ministros da Economia português e espanhol discursaram depois da assinatura do acordo e José Maria Aznar e Durão Barroso deram em seguida, uma conferência de imprensa conjunta.

A assinatura oficial do acordo coube aos Ministros da Economia de Portugal e Espanha, assim formalizando a constituição do Mercado Ibérico de Electricidade, que consideraram um marco histórico na integração do mercado ibérico e um exemplo a nível europeu.

Carlos Tavares descreveu o MIBEL como um caso exemplar de cooperação ibérica “com integral respeito pelas posições dos dois países” e afirmou que o mercado integrado vai mudar radicalmente as condições de acesso dos consumidores à electricidade.

Para o Ministro da Economia espanhol, Rodrigo Rato, com o MIBEL os dois países ibéricos “deram um passo muito importante na construção europeia” e lideram o processo de integração dos mercados europeus.

O programa oficial da visita previa um almoço no Palácio Nacional de



Queluz, oferecido pelo Primeiro-Ministro português ao seu homólogo espanhol. Esta deve ter sido a última visita de Aznar a Portugal enquanto chefe do Governo pois deixará o cargo nas legislativas de Março, devendo ser substituído por Mariano Rajoy.

Abertura do encontro empresarial luso-espanhol

No cumprimento do programa da visita, os dois governantes presidiram à abertura do encontro empresarial luso-espanhol, promovido pela Associação Industrial Portuguesa, tendo o Primeiro-Ministro português defendido como “essencial” a criação de um espaço económico ibérico “forte”, mas com base numa “relação equilibrada”.

Durão Barroso disse que a pujança económica de Espanha nos últimos anos é um estímulo para Portugal e a demonstração de que Portugal pode acelerar o seu desenvolvimento. Assim, as empresas portuguesas devem olhar para Espanha como um “espaço natural de intervenção”.

Do lado espanhol, José Maria

Aznar reiterou que a integração económica ibérica é motor de desenvolvimento comum e destacou a “coincidência de posições” de Portugal e de Espanha no seio da União Europeia, afirmando a sua convicção de que Portugal e Espanha não podem manter a velha postura de olhar em direcções opostas. Para o presidente do governo espanhol, as relações entre Portugal e Espanha estiveram muitas vezes “abaixo do seu potencial” mas estão actualmente numa nova fase de entendimento.

Participação de Carlos Tavares

Na sessão inaugural participou também o Ministro da Economia português, que

abriu os trabalhos afirmando:

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à AIP e à CEOE o convite para participar neste 1º Fórum Empresarial luso-espanhol.

Esta iniciativa é a resposta das Comunidades Empresariais de Portugal e Espanha ao desafio lançado na última Cimeira Luso-espanhola de reforçar a cooperação empresarial ibérica e promover uma maior

interacção entre o poder político e o poder económico.

Gostaria que esta jornada de trabalhos assinalasse uma nova etapa no relacionamento entre empresas portuguesas e espanholas, pautada por uma maior confiança e por respostas conjuntas a desafios comuns.

O Governo português e o Governo espanhol, já mostraram disponibilidade para trabalhar conjuntamente em tudo o que for necessário para melhorar a competitividade das suas empresas. Ontem mesmo, realizou-se a 1ª reunião do Fórum Governamental Luso-espanhol presidido pelos Embaixadores de Portugal e Espanha e incluindo departamentos da Administração Pública na área económica, como o ICEP e o ICEX e as Direcções Gerais de Empresas de ambos os países, que terá por missão identificar vias para o reforço da cooperação empresarial bem como identificar e ultrapassar as dificuldades sentidas pelas empresas quando actuam nos respectivos mercados.

Hoje será, igualmente, formalizado o acordo entre o Governo português e o Governo espanhol para a criação do Mercado

Mercado Ibérico de Electricidade (continuação)

É vital avançar para novas formas de relacionamento luso-espanhol afirmou o Ministro da Economia português



Ibérico da Electricidade, um passo determinante para o aprofundamento da integração do mercado ibérico e do mercado interno europeu.

O calendário acordado para o funcionamento do MIBEL, permitirá, no curto prazo, os consumidores portugueses e espanhóis possam beneficiar das vantagens criadas por um ambiente concorrencial e competitivo, neste sector.

O passado recente tem sido fértil em decisões históricas

O passado recente, tem sido, aliás, fértil em decisões históricas para o fortalecimento do relacionamento Portugal-Espanha. O acordo obtido na última Cimeira quanto ao mapa da Alta Velocidade constitui outro marco histórico para o desenvolvimento dos nossos dois países. O projecto da Alta Velocidade terá um efeito estruturante na consolidação do mercado interno ibérico e no aprofundamento da sua integração à escala europeia, num momento em que a Europa se alarga ao Centro e ao Leste.

Será, por outro lado, uma oportunidade única para as empresas do cluster ferroviário trabalharem, conjunta e integradamente, ao longo de toda a cadeia de valor. Temos pois boas perspectivas para o aprofundamento das nossas relações empresariais, nos anos mais imediatos.

Sabemos que este objectivo ainda suscita alguma resistência em vários

meios, fruto de alguma “desconfiança” histórica e de um desequilíbrio patente nas relações económicas bilaterais, onde têm sido determinantes factores como a diferente dimensão dos mercados e a percepção generalizada quanto a algumas dificuldades em trabalhar o mercado espanhol.

Boas perspectivas para o aprofundamento das relações empresariais

É vital que avancemos para uma nova forma de relacionamento. O facto de Portugal e Espanha estarem inseridos no mercado interno europeu torna o aprofundamento do mercado ibérico uma inevitabilidade.

Existem já exemplos de grande dinamismo ao nível da cooperação empresarial, com destaque para algumas zonas transfronteiriças: a região Minho-Galiza, Andaluzia Algarve e Alentejo, que explorando as sinergias de uma crescente integração económica poderão vir a constituir-se como verdadeiros pólos de desenvolvimento regional.

Trata-se, agora de lidar com essa realidade numa forma inteligente e duplamente ganhadora, devendo as empresas portuguesas tirar o melhor partido do facto de terem como vizinha uma economia de 40 milhões de habitantes a crescer acima da média europeia.

Há pois, uma parceria estratégica a desenvolver com Espanha. Portugal e Espanha são parceiros europeus. Os dois países entraram para a

Comunidade Económica Europeia no mesmo dia, aderiram à moeda única no mesmo dia e hoje firmam um pacto a dois, que será uma realidade para o mercado europeu daqui a poucos anos. Tal como tivemos ambos sucesso nas duas primeiras decisões, também o teremos nesta.

Portugal e Espanha têm percursos paralelos na construção europeia, ditados pela prossecução de interesses comuns, por uma aproximação e integração crescente das economias e dos territórios, pela partilha de diversas prioridades no quadro das relações económicas externas e por uma efectiva “parceria ibérica” que se tem revelado fundamental em diversas frentes. Encontramos já hoje alianças de sucesso entre empresas portuguesas e espanholas por exemplo no Brasil no sector das telecomunicações...

No plano bilateral, o relacionamento económico entre os nossos países atravessa uma fase de grande dinamismo, sendo os números do comércio e do investimento bem ilustrativos desta tendência sustentada de entrosamento das duas economias. O próprio interesse da opinião pública neste relacionamento económico é sintomático.

Importa fazer um esforço no sentido de reequilibrar a balança comercial com a Espanha

A Espanha detém um lugar cimeiro no quadro das nossas trocas comerciais, permanecendo em 2002,

como primeiro fornecedor e primeiro cliente. Em 2002, a Espanha absorveu 20% do total das nossas exportações e foi responsável por 28% do total das importações portuguesa. Neste ano, o défice comercial português aproximou-se dos 6 mil milhões de Euros, o maior défice comercial que Portugal tem com um país terceiro.

Estes valores pela sua dimensão exigem reflexão e acções apropriadas. Importa, pois, fazer um esforço no sentido de reequilibrar a balança comercial com a Espanha

No domínio do IDE, apesar do abrandamento verificado nos últimos anos, a Espanha mantém-se no grupo dos 10 principais investidores em Portugal, ocupando o 6º lugar.

O Investimento Directo Português em Espanha apresentou igualmente uma tendência crescente ao longo dos últimos anos. Até 1995, Espanha foi o primeiro destino do investimento português, lugar que voltou a ocupar em 2002, tendo o IDPE nesse ano atingido cerca de 3 mil milhões de Euros.

O aprofundamento da cooperação empresarial entre empresas portuguesas e espanholas, quer no âmbito do mercado ibérico, quer no quadro de estratégias de internacionalização conjuntas face a países terceiros – países da América Latina e do Mediterrâneo – deverá ser vista como uma prioridade.

Permitirá ampliar os negócios a um mercado natural de dimensão muito relevante e possibilitando a criação de massa crítica necessária à actuação em mercados externos.

O crescimento espectacular dos





Mercado Ibérico de Electricidade (continuação)

Este acordo culmina um caminho que envolveu negociações «duras mas leais» e abrange 53 milhões de consumidores

investimentos ibéricos na América Latina, no final da década de 90, é demonstrador duma partilha de objectivos no que concerne às estratégias de internacionalização de ambas as economias.

A ancoragem desta estratégia de internacionalização em parcerias sólidas entre grandes empresas de ambos os países é um modelo testado e com bons resultados que poderá ser extrapolado para outras áreas geográficas.

Há inúmeras possibilidades de desenvolvimento de dinâmicas económicas ibéricas.

O Mediterrâneo e a América Latina surgem, neste contexto, como dois eixos prioritários onde teremos muito a ganhar com estratégias concertadas, a montante, isto é trabalhando na definição de enquadramentos comunitários e multilaterais favoráveis aos estreitamento das relações económicas e a jusante com uma aposta firme na dinamização de uma cooperação empresarial forte que concretize a triangulação de interesses comuns.

Há pois inúmeras possibilidades de desenvolvimento de dinâmicas económicas ibéricas. Neste domínio de competição global, é indispensável que Portugal e Espanha saibam aproveitar as mais valias específicas do seu posicionamento internacional

e da sua inserção num dos blocos económicos mais desenvolvidos do planeta.

Portugal, com os seus 800 Km de fachada atlântica contribui para a Península Ibérica com um eixo indispensável de desenvolvimento económico na vertente transatlântica. O desenvolvimento de um “arco atlântico” na Península Ibérica, incluindo regiões espanholas como a Galiza, poderá ser fundamental para contrabalançar o recentramento da União Europeia ao Leste europeu, dinamizando um dos mais importantes vectores do relacionamento económico e político da Europa: o transatlântico.

Portugal possui uma tradição secularmente universalista, testemunhada numa língua partilhada por 200 milhões de pessoas e por um capital humano disseminado pelos 5 continentes.

O espaço lusófono estende-se por áreas geográficas tão diversificadas como a Ásia, a América Latina, e a África. O espanhol é a 4ª língua mundialmente falada, abrangendo uma comunidade linguística de 350 milhões de pessoas, espalhada por de 21 países.

Portugal e Espanha, detêm um património de inter-culturalidade, fruto de uma história disseminada pelos 5 continentes que constitui activo fundamental para o sucesso das empresas ibéricas numa economia crescentemente globalizada.

É pois com base nestes activos comuns e complementares, que Portugal e Espanha deverão desenvolver uma estratégia



partilhada, desenvolvendo as relações económicas bilaterais, na frente interna e externa, contribuindo para o reforço da competitividade europeia e para a sua afirmação crescente no mapa económico global. Muito Obrigado.

Assinatura do acordo MIBEL

Sem dúvida que a visita de Aznar a Portugal teve como ponto alto a assinatura do acordo bilateral de criação do MIBEL, que teve a presença, além de altas individualidades dos dois governos e de empresários, a da Comissão Europeia da Energia, Loyola de Palácios.

Durante a cerimónia, os Ministros que assinaram o Acordo, Carlos Tavares e Rodrigo Rato proferiram declarações em que ambos concordaram que a criação do MIBEL era um marco histórico na integração do mercado ibérico e um exemplo a nível europeu.

Carlos Tavares afirmou que o MIBEL tinha sido concebido “com integral respeito pelas posições dos dois países”, e que o mercado integrado vai mudar “radicalmente” as condições de acesso dos consumidores à electricidade.

Para o ministro da Economia espanhol, com o MIBEL os dois países ibéricos “deram um passo muito importante na construção europeia” e lideram o processo de integração dos mercados europeus.

Apesar de não existirem ainda projecções para Portugal, Rodrigo Rato deu o exemplo espanhol, onde a liberalização permitiu, entre 1997 e 2003, baixar os preços da electricidade em 35 por cento, e levou 330 mil famílias mudar de operador.

Para Carlos Tavares, a assinatura do acordo representa o culminar de um caminho que envolveu “negociações duras, mas sempre leais” com o seu homólogo espanhol e cria um mercado único de electricidade que abrange cerca de 53 milhões de consumidores que vão passar a poder escolher o seu fornecedor de energia a partir de Julho.

O discurso oficial de Carlos Tavares no acto de assinatura do MIBEL

No acto da assinatura do acordo “MIBEL”, no qual o Ministro da Economia representou oficialmente o nosso País, Carlos Tavares pronunciou o discurso oficial da parte portuguesa, dizendo:



Mercado Ibérico de Electricidade (continuação)

O Primeiro Ministro português afirma que vai haver substanciais reduções nas tarifas da energia eléctrica

É uma enorme satisfação e uma grande honra estar aqui hoje a assinar este Acordo na presença dos Chefes de Governo de Espanha e de Portugal e da Senhora Vice-Presidente da comissão Europeia.

O significado e a importância do passo que é dado justificam tão ilustres testemunhas. Portugal, Espanha e a Europa estão de parabéns. O Acordo sobre o MIBEL ficará certamente como um marco histórico do futuro Mercado Interno de Electricidade.

Este Acordo representa o culminar de um caminho. Um caminho que foi possível percorrer graças ao empenhamento dos governantes dos dois países ibéricos, em que os interesses particulares foram postos de lado em benefício do interesse que importa prosseguir: o da economia, das empresas e dos consumidores dos nossos dois países.

Mas este Acordo é também o início de um novo caminho, ainda mais exigente e talvez mais difícil. O caminho de concretização prática do MIBEL é, a partir de agora, o grande desafio, não apenas para os Governos mas também para os operadores do sector eléctrico dos dois países.

O espírito construtivo e de cooperação, bem como a vontade política que norteou a construção deste Acordo serão, a partir de agora, mais necessários que nunca. Mas não duvido, nem por um instante, que assim será e que o MIBEL será uma realidade no prazo e nos termos que hoje ficam comprometidos e consagrados.

Na presença de todos, quero sobretudo deixar uma palavra de gratidão e reconhecimento a todos os que contribuíram para este marco histórico que vai mudar profundamente as condições de acesso a um bem tão essencial quanto a electricidade.

[O Ministro mencionou, depois dos Chefes de Governo, a Vice Presidente da Comissão Europeia, Loyola Palácios, o Vice Presidente e Ministro da Economia de Espanha, e a sua equipa, afirmando depois que “Em Portugal costumamos dizer que os bons negócios fazem os bons amigos. As nossas negociações foram duras, mas sempre leais, o que me permite, hoje, também ter no Ministro Rodrigo Rato um amigo.

[...] Não quero deixar de recordar e agradecer também àqueles que me agradeceram no Governo e



que deram o início e o impulso indispensável a este projecto, com especial destaque para os Ministros da Economia precedentes.

E finalmente, mais não menos importante, uma palavra de apreço para as equipas que, do lado português e do lado espanhol, construíram este edifício: as direcções-gerais de energia, os reguladores e os operadores do sector eléctrico.

Senhor Presidente do Governo de Espanha, senhor Primeiro-Ministro de Portugal, o Mercado Ibérico de Electricidade é o mais significativo caso de cooperação ibérica, com integral respeito pela identidade dos dois países. É mesmo um caso exemplar! Ele resulta também numa mudança profunda do mercado de electricidade do nosso país. Em apenas um ano fomos fim ao regime de quase monopólio na produção e na comercialização de electricidade e damos possibilidade a todas as empresas e aos consumidores domésticos de escolher o seu fornecedor de electricidade. E será uma alteração tão profunda e duradoura, quanto tranquila.

Juntamente com a reorganização empresarial do sector energético, que temos em curso e vamos concluir também na primeira metade deste ano, estamos a assistir à maior e mais importante transformação de sempre do sector de energia em Portugal, tudo isto feito em benefício das empresas e dos consumidores. Mas também em nome da eficiência das empresas do sector.

Estou certo de que, com o MIBEL, poderemos ter na Península Ibérica as melhores empresas do sector eléctrico europeu. Acredito,

sinceramente, que seremos um exemplo para a Europa e que o MIBEL será um forte incentivo à concretização do futuro Mercado Interno da Energia na União Europeia.

Muito obrigado.

Durão Barroso e JM Aznar, em conferência de imprensa conjunta

Na conferência de imprensa conjunta que se seguiu, Durão Barroso sublinhou que as relações entre Portugal e Espanha não são marcadas apenas por um passado comum, mas também por um presente que, a nível prático, se traduz pelos acordos MIBEL e o relativo aos Transportes de Grande Velocidade (TGV), acordos esses cujas linhas mestras foram definidas na cimeira da Figueira da Foz.

O Primeiro-Ministro português afirmou que os preços da energia eléctrica vão baixar significativamente assim que o acordo for colocado em prática. “Vamos ter uma redução muito significativa dos preços da electricidade para as empresas e consumidores”, declarou Durão Barroso.

Nas respectivas declarações, os dois Chefes de Governo adoptariam uma posição de “frente comum” na defesa da integração económica ibérica como via de desenvolvimento dos dois países. Além disso, a importância da assinatura do MIBEL foi também realçada por José Maria Aznar, que considerou o futuro mercado ibérico de energia eléctrica como uma “ajuda” à construção

europeia, que poderá “abrir caminho” noutros países. “As nossas relações empresariais estão cada vez mais estreitas e profundas e o MIBEL é a prova disso”.

Os benefícios específicos de um mercado comum de energia eléctrica para os dois países foram também referidos por Aznar e Durão Barroso, com este último a garantir, por várias vezes, que o preço da electricidade irá baixar de forma “significativa” e que este acordo ibérico irá, desde logo, abranger cerca de 53 milhões de pessoas. “Este é o caminho da mudança. E é natural que sempre que hajam mudanças, exista também medo”, afirmou o primeiro-ministro português acrescentando que, no futuro, as pessoas iriam “achar estranho” que os dois países não estivessem unidos no mercado de energia. A integração deste mercado deverá estar concluída em 2005, passando o operador do mercado ibérico (OMI) a ser a bolsa energética de Portugal e Espanha, com a total concretização do MIBEL prevista para 2006.

A uma pergunta sobre a situação actual da UE, o Primeiro-Ministro português defendeu um compromisso que permita ultrapassar o impasse em que está a futura Constituição europeia e voltou a rejeitar a possibilidade de ser criado um directório a nível da União da Europeia.

“Desejávamos que houvesse um acordo que aprofundasse a integração europeia. Mas isso depende que todas as Nações façam um compromisso para ultrapassar as dificuldades”, declarou Durão Barroso, que revelou que o tema do impasse verificado no final do ano passado, na última cimeira de Bruxelas, foi um dos temas da conversa com José Maria Aznar, logo de manhã, quando se tinham reunido em São Bento.

“Espanha e Portugal partilham muitas posições no que diz respeito ao futuro da UE”, declarou o governante português o que não exclui alguns pontos de vista divergentes.

Durão Barroso sublinhou que “entende perfeitamente” a posição espanhola, que na Cimeira de Bruxelas se uniu aos países que “bloquearam” as negociações da futura Constituição, alegando preferir os termos do acordo de Nice.

Mas, para o Primeiro-Ministro português, o importante é que os países “alcancem um compromisso” para se avançar com a Constituição



Mercado Ibérico de Electricidade (conclusão)

O «Adeus Português» a JM Aznar homenageia a actuação do PM espanhol na consolidação das relações com Portugal

sublinhando, no entanto, ser contra a possibilidade de ser formado um directório com os países fortes da UE. “Saúdo todos os movimentos dos países para encontrarem um equilíbrio”, disse o Primeiro-Ministro, mas “critico todas as tentativas de criar um directório”, acrescentou.

Durão Barroso é contra qualquer tentativa de criar um Directório Europeu

Sobre esta questão, Durão Barroso explicou ser contra a criação de um núcleo duro de países que decidam pelos restantes Estados membros, alegando que isso “seria mau para a Europa” que, em seu entender, “assenta na ideia de equilíbrio” e de igualdade.

José Maria Aznar, por sua vez, concordou com Durão Barroso, dizendo esperar que a UE “siga o mesmo caminho” que tem percorrido até agora.

“Do ponto de vista económico, o que nos interessa é que a Europa continue um caminho de crescimento”, acrescentou o Primeiro-Ministro espanhol, sublinhando que “nada obriga” a que Portugal e Espanha tenham a mesma posição sobre alguns aspectos da futura Constituição da Europa. “Afinal, o que ambos queremos é, no futuro, ter uma oportunidade de encontrar uma solução”, afirmou.

José Maria Aznar, elogiou também a política de consolidação das Finanças Públicas seguida pelo Governo português, recordando que a contenção orçamental também foi aplicada no passado em Espanha.

“Parecem-me correctas as medidas que o Governo português está a adoptar”, afirmou, sublinhando que a recuperação económica que ocorreu em Espanha poderá também ser realizada em Portugal, “desde que haja optimismo e vontade”, seguindo a linhas definidas por Durão Barroso, a quem elogiou a “coragem e grande capacidade de decisão”.

A estas palavras, o Primeiro-Ministro português respondeu, sublinhando que a consolidação orçamental que está a ser levada a cabo em Portugal, já tinha sido implantada, no passado, em Espanha, com grandes sacrifícios em diversas áreas, mas transformando esse país “naquilo que

é hoje”.

A este respeito, referiu ainda que o crescimento de Espanha fez com que os dois países da Península Ibérica passassem a ser “olhados de forma diferente” na União Europeia, “sem aquela condescendência” que existia antes.

Aznar concluiu dizendo que “Foi um prazer trabalhar com o Primeiro-Ministro Durão Barroso e lidar com a sua capacidade de decisão”.

“A verdade é que hoje as nossas relações estão a um nível como talvez nunca tenham estado desde há muitos anos. Isso acontece porque ambos os governos entenderam que é do mais profundo interesse dos respectivos povos trabalhar construtivamente, sem complexos, pondo em primeiro lugar o interesse estratégico de ambos os países no âmbito europeu e global”, disse o primeiro-ministro português.

prósperos do continente europeu, pelo clima, pela capacidade de trabalho dos nossos povos. Acredito que a Península Ibérica pode ser - já começa a ser - um dos espaços onde melhor se pode viver na nossa velha Europa”, sublinhou Durão Barroso que, numa alusão á História de Portugal e Espanha, nos séculos XV e XVI, acrescentou que a globalização não é nova para nós, pois os dois países da Península foram “os autores da primeira grande globalização”.

Ao brindar a José Maria Aznar, Durão Barroso fez questão de dizer ao “grande estadista”, mas sobretudo ao “amigo José Maria”, um “até breve”. “Aqui em Portugal contas com um amigo, mas tens muitos mais. É por isso que, nesta ocasião, não vou dizer adeus, digo apenas um até breve”, referiu.

Por seu lado e em resposta, também José Maria Aznar enfatizou o momento actual das relações ibéricas, recordando também as decisões tomadas na cimeira da Figueira da Foz e confessando ter passado a conhecer Portugal “de muito mais perto” ao longo dos oito anos de chefia do governo de Madrid.

“É difícil encontrar um momento em que as relações entre Portugal e Espanha tenham sido tão intensas, tão estreitas, de tanta confiança e de tantos projectos de futuro como actualmente”, disse, sublinhando que é agora “decisivo incentivar todos os elementos de confiança”.

Numa alusão às profundas divisões que a intervenção militar no Iraque suscitou na Europa, tendo Portugal e Espanha assumido o apoio à coligação anglo-norte-americana, o Primeiro-Ministro espanhol sublinhou ainda a necessidade de o Continente não perder de vista a sua matriz atlântica.

“A Europa é Atlântica ou não é? Não é verdade que haja qualquer diferença entre uma Europa europeia e uma Europa Atlântica”, defendeu.

Apologista do desenvolvimento em sintonia, dos dois países ibéricos, Aznar avisou que, pelo menos “... há uma coisa em que não posso desejar o melhor para Portugal, que é o próximo campeonato europeu de futebol, quando nos defrontarmos. Nesse caso, obviamente, espero que os espanhóis estejam à altura das circunstâncias”, disse com um sorriso, a terminar. – **Fonte: Lusa**



Questionado sobre o seu futuro político, já que nas eleições legislativas espanholas de Março não irá recandidatar-se, José Maria Aznar disse que, pela primeira vez desde há muitos anos, não irá dar instruções a ninguém, pois como militante, “Vou seguir as instruções que me forem dadas e essa é uma mudança significativa”, concluiu.

Despedidas no almoço em Queluz

Depois da conferência de imprensa conjunta, os dois chefes de Governo dirigiram-se ao palácio de Queluz, onde teve lugar o almoço oferecido por Durão Barroso a José Maria Aznar. Aos brindes, o Primeiro-Ministro português voltou a enaltecer o estado actual das relações entre Portugal e Espanha, que devem “trabalhar construtivamente” e “sem complexos”, acrescentou, considerando que a Península Ibérica pode tornar-se “num dos espaços mais modernos, mais desenvolvidos e mais prósperos do continente europeu”.

Numa curta intervenção, Durão Barroso expressou a “José Maria” - como se referiu a Aznar - o agradecimento de Portugal pela forma como o primeiro-ministro espanhol “pugnou pela confiança” entre os dois países ao longo dos seus dois mandatos, de 1996 a 2004.

O acordo hoje assinado e as decisões tomadas no final do ano passado na cimeira da Figueira da Foz, com destaque para a rede ferroviária de alta velocidade traduzem, no seu entender a “amizade, cumplicidade, os interesses, e os afectos” actualmente existentes entre Portugal e Espanha.

O Primeiro Ministro de Portugal lembrou ainda que “os dois países do Sul da Europa, eram olhados com uma certa ideia de superioridade por alguns dos seus parceiros do Norte ao longo do processo de integração europeia, a que aderiram em 1986, podem agora “trabalhar em conjunto para fazer muita coisa”.

“Estou seguro de que a Península Ibérica pode ser um dos espaços mais modernos, mais desenvolvidos e mais

No Supremo Tribunal de Justiça

Pela Primeira vez um Chefe de Governo tem uma intervenção na cerimónia de abertura do Ano Judicial

Durão Barroso participou na sessão solene de abertura do ano judicial, que decorreu no Supremo Tribunal de Justiça, em Lisboa, no passado dia 19 no que foi a primeira intervenção de um Primeiro-Ministro neste acto, que decorre com solenidade todos os anos, mas que nunca tinha registado uma intervenção a nível de Chefe de Governo.

Nas palavras que proferiu ante o Chefe de Estado, Presidente da Assembleia da República, presidentes dos Tribunais superiores, bastonário da Ordem dos Advogados, ministra da Justiça, Procurador-Geral da República, magistrados, juizes e outros ilustres convidados, o Primeiro-Ministro de Portugal afirmou que «2004 será o ano de novas reformas para modernizar a administração da Justiça», mas rejeitou «fazer leis únicas e exclusivamente com base em modas».

«Este é também o ano de novas reformas», assegurou, apontando como exemplos «reforma no domínio penal e processual penal» que será feita após «um amplo, sério e responsável debate público», acentuando «algumas preocupações essenciais».

Em primeiro lugar, o primeiro-ministro sublinhou a «preocupação da credibilidade», afirmando que «as leis que forem aprovados têm de ser exequíveis para serem realmente cumpridas. A sistemática violação das leis não reforça a credibilidade das Instituições. Pelo contrário, mina a sua autoridade», salientou.

O «combate à criminalidade» foi a segunda preocupação evidenciada pelo chefe do Governo, que a classificou como «um objectivo irrenunciável». Depois de lembrar que «a Justiça faz-se no respeito pelos direitos dos cidadãos, sejam arguidos ou vítimas», o Primeiro-Ministro alertou que a observância daquele princípio «não pode fazer abrandar, dificultar ou impedir o combate sério e eficaz ao crime e à criminalidade».

Durão Barroso considerou, aliás, que o combate à criminalidade é «uma obrigação de soberania, um dever do Estado, uma exigência da sociedade».

«Ninguém desconhece que uma justiça criminal pronta cumpre melhor os objectivos de prevenção geral dos fenómenos de criminalidade», acrescentou.

Como terceira preocupação, o chefe do Governo elegeu a celeridade. «Também aqui, no domínio criminal, a celeridade tem de ser prioridade. Sob pena de cavarmos um preocupante divórcio entre os cidadãos e as Instituições», sustentou, afirmando que



são coisas diferentes, um sistema equilibrado e justo, que facilite a investigação criminal sem cercar a defesa do arguido e sistema exageradamente regulador, com prazos excessivos, em que as questões de forma prevalecem sobre a matéria de fundo, ou em que as manobras dilatórias se sobrepõem à prioridade da descoberta da verdade, caminhos que, disse, são intoleráveis e inaceitáveis.

Nova Lei da Responsabilidade Extra-Contratual do Estado

Reformas também no sistema prisional e no regime de acesso ao Direito, foram outras das prioridades anunciadas pelo Primeiro-Ministro, que as considerou importantes e urgentes. A reforma do acesso ao Direito «não é menos relevante», já que o acesso dos Tribunais não pode ser privilégio de alguns, mas tem de ser um direito inalienável de todos.

Referiu-se também à nova Lei da Responsabilidade Extra-Contratual do Estado e a aplicação das reformas já iniciadas na acção executiva e nos julgados de paz, como pontos norteadores da filosofia de actuação do governo. «Modernizar a administração da Justiça» é o objectivo central das reformas que o governo pretende iniciar este ano, tendo a coragem de enfrentar o facto de que para problemas diferenciados, tem de haver uma Justiça diferenciada, que seja preventiva, simplificada, institucional, mas sempre credível e prestigiada. Durão Barroso rejeitou ainda o recurso ao imediatismo como critério de intervenção, apesar de considerar que «a tentação maior neste momento é a de colocar a conjuntura à frente da estrutura, de seguir a lógica do imediato, de ceder à ditadura da

actualidade».

«Não há nada pior do que fazer leis com base em modas. As modas são efémeras e passageiras. As leis têm de ser estáveis para serem conhecidas, ponderadas para serem respeitadas e cumpridas», frisou, garantindo que o governo pautar-se-á por essa preocupação.

Durão Barroso considerou ainda importante reafirmar aquilo a que chamou o «sagrado princípio da separação de poderes» no ano em que se assinala o trigésimo aniversário do 25 de Abril. – Fonte: Lusa

O texto integral da intervenção do Primeiro-Ministro

«Ao intervir nesta sessão solene, na sequência do convite, que agradeço, do senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, quero começar por fazer uma saudação e prestar uma homenagem.

«Saúdo todos quantos – Magistrados Judiciais, Magistrados do Ministério Público e Advogados – contribuem diariamente, com a sua dedicação, competência e profissionalismo, para o exercício da Justiça, assim dando concretização a uma das funções mais importantes do Estado de Direito Democrático.

«Na Justiça encontram os cidadãos o principal reduto da afirmação e defesa dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais. Fazer justiça é, neste quadro, uma tarefa de inquestionável nobreza, um exercício de suprema responsabilidade, a afirmação mais digna do primado da cidadania.

«A saudação que dirijo a Vossas Excelências tem, por isso mesmo, o significado do respeito que me merece o vosso trabalho, enquanto agentes que administram a Justiça e dessa forma

concorrem para a construção de uma sociedade democrática fundada na liberdade e na responsabilidade.

«Desejo igualmente prestar sincera homenagem às Instituições do nosso Estado de Direito, a começar pelas Instituições da Justiça. E nesta que é a sede do Supremo Tribunal de Justiça uma homenagem especial é devida ao poder judicial e a todos os magistrados que o servem com inegável isenção, independência e dignidade.

«Vivemos um tempo difuso e complexo. Um tempo em que são muitas as solicitações e reivindicações e poucas as referências e os valores. Um tempo em que é mais usual invocar direitos do que assumir deveres. Um tempo em que o mais fácil é atacar ou tentar denegrir as Instituições.

«Esta é a moda. Mas não é nem o meu caminho nem aquele que o nosso País deverá seguir. Cabe-me, por isso mesmo, sublinhar a importância das nossas Instituições, tudo fazer para ajudar a reforçar a sua credibilidade, exprimir a minha confiança em todos quantos contribuem para o seu melhor funcionamento.

«Esta é uma regra que merece um particular sublinhado ao nível das Instituições da Justiça. O sagrado princípio da separação de poderes tem de ser sempre observado, a independência dos Tribunais plenamente cumprida, o respeito pelos vários órgãos e agentes da Justiça escrupulosamente assegurado. Assim se afirma o nosso Estado de Direito. Assim se fortalece a nossa Democracia.

«No ano em que se assinalam os 30 anos do 25 de Abril é importante reafirmar a actualidade destes princípios e valores, a força destas convicções. Uma sociedade sem princípios nem valores nunca é uma sociedade plenamente livre. E uma sociedade em que as convicções cedem perante oportunismos do momento ou conveniências de ocasião nunca será uma sociedade responsável e democraticamente adulta.

«Senhor Presidente da República, senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, minhas Senhoras e meus Senhores: a Justiça está na ordem do dia e nunca como agora conheceu tão grande mediação.

«Há sempre nestas ocasiões o confronto entre dois tipos de prioridades: as prioridades da conjuntura e as prioridades da estrutura. As primeiras relevam do que é mais falado, do que é mais visível, do que está mais na moda. As segundas têm a ver com os problemas de fundo, com os males estruturais, com a preparação do futuro.

«A tentação maior neste momento



No Supremo Tribunal de Justiça (Conclusão)

Durão Barroso anuncia prioridades garante a continuidade das reformas e reafirma a separação dos Poderes

é a de colocar a conjuntura à frente da estrutura, de seguir a lógica do imediato, de ceder à ditadura da actualidade. Nada de mais errado. Em qualquer área do Estado ou da governação. Particularmente na área da Justiça.

«Por três razões simples mas essenciais: em primeiro lugar, a Justiça não é apenas um processo, por mais importante e mediático que ele seja. A Justiça são milhares de processos, são problemas acumulados ao longo de décadas, são soluções que exigem eficácia e rapidez na acção, maturidade e ponderação nas decisões;

«Na área da Justiça impõem-se soluções sérias, estáveis e duradouras»

«Em segundo lugar, o mais importante e urgente nem sempre é o mais mediático. Governar, e sobretudo reformar, tem de obedecer sempre a um critério: o critério da importância e da urgência das matérias, nunca o critério da excitação mediática. A reforma do contencioso administrativo que acabou de entrar em vigor é, do ponto de vista da defesa dos direitos do cidadão perante o Estado, porventura a reforma mais profunda feita na Justiça depois do 25 de Abril. Não tem todavia, nem de longe nem de perto, honras de prioridade noticiosa.

«Por último, o passado já demonstrou que interiorizar o imediatismo como critério de intervenção acaba rapidamente em precipitação e normalmente não conduz à boa solução.

«Na área da Justiça impõem-se soluções sérias, estáveis e duradouras. Soluções que garantam eficácia ao seu funcionamento, previsibilidade a quem administra a Justiça, estabilidade e segurança aos cidadãos.

«Não há nada pior do que fazer leis com base em modas. As modas são efémeras e passageiras. As leis têm de ser estáveis para serem conhecidas, ponderadas para serem respeitadas e cumpridas.

«Esperam-nos tarefas importantes e urgentes, reformas profundas e inadiáveis»

«A minha orientação e a acção do Governo pautar-se-ão, pois, por esta preocupação: reformar com urgência, atacando os problemas nas suas causas e não apenas nas suas consequências,

curando dos seus males estruturais e não apenas dos seus reflexos conjunturais. Esta é também uma forma de dar à justiça a prioridade política que merece e a importância que intrinsecamente justifica.

«Senhor Presidente da República, senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça : o ano que agora começou vai ser um ano importante do ponto de vista das reformas na área da Justiça. É o ano da consolidação e desenvolvimento das reformas já realizadas. É o ano da decisão de outras reformas que se torna urgente empreender.

«Este é o primeiro ano da aplicação da reforma do contencioso administrativo. Uma reforma que introduz uma viragem histórica. De uma visão objectivista do Direito Administrativo, fundado na lógica do Estado Novo, passámos para uma visão subjectivista, norteada pela defesa dos direitos do cidadão face ao Estado. É uma mudança profunda, um enorme investimento, uma nova cultura de cidadania que se consagra entre nós.

«Para além dos direitos do cidadão que se alargam substancialmente, para além das novas exigências que se colocam aos Magistrados e aos Tribunais, há uma outra consequência relevante. Esta reforma vai reclamar uma mudança de cultura e de atitude do Estado em relação ao cidadão.

«O Estado, central, regional e local, muitas vezes imbuído de uma tradição de morosidade e de uma atitude de sobrançeria face ao cidadão, tem os seus dias contados. É bom que assim seja. Este é também o sentido da reforma mais geral da nossa Administração Pública. Este é o caminho da modernidade.

«Mas esta filosofia de actuação vai prosseguir. Em 2004 será aprovada a nova Lei da Responsabilidade Extra-Contratual do Estado, cuja proposta de lei se encontra já em discussão no Parlamento. Será mais um passo importante para afirmar uma cultura de cidadania e para obrigar o Estado a uma postura de exigência e de responsabilidade.

«Este é também um ano importante no que toca à aplicação das reformas já iniciadas quer na acção executiva e no plano dos Julgados de Paz, quer no Direito Falimentar.

«As duas primeiras são essenciais para ajudar a combater a morosidade da Justiça. A segunda é fundamental para afirmar a Justiça como aliada da Economia e da competitividade do País.

«O sistema de Justiça deve mostrar-se capaz de responder em tempo útil às

exigências dos cidadãos e das empresas. Uma Justiça lenta acaba por ser denegação da própria Justiça. A celeridade alcança-se, sem dúvida, com mais meios. E o Estado não se demite nem se demitirá dessa obrigação. Mas passa também por novas soluções, por diferentes alternativas, pela construção de um modelo distinto do actual.

«Só mais dinheiro, sem mudar regras e formas de intervenção, não resolve o problema. É mais do mesmo. Não podemos ceder à tentação de despejar dinheiro sobre os problemas. Sob pena de perdermos o dinheiro e não resolvermos os problemas.

«Mas este é também o ano de novas reformas. A reforma no domínio penal e processual penal tem de ser feita, depois de um amplo, sério e responsável debate público, acentuando algumas preocupações essenciais.

«Primeiro, a preocupação da credibilidade. As leis que forem aprovadas têm de ser exequíveis para serem realmente cumpridas. A sistemática violação das leis não reforça a credibilidade das Instituições. Pelo contrário, mina a sua autoridade.

«Segundo, a preocupação com o combate à criminalidade. Este é um objectivo irrenunciável. A Justiça faz-se no respeito pelos direitos dos cidadãos, sejam arguidos ou vítimas. Mas a observância deste princípio não pode fazer abrandar, dificultar ou impedir o combate a sério e eficaz ao crime e à criminalidade. Esta é uma obrigação de soberania, um dever do Estado, uma exigência da sociedade. E ninguém desconhece que uma justiça criminal pronta cumpre melhor os objectivos de prevenção geral dos fenómenos de criminalidade.

«Terceiro, a preocupação da celeridade. Também aqui, no domínio criminal, a celeridade tem de ser prioritária. Sob pena de cavarmos um preocupante divórcio entre os cidadãos e as Instituições. Uma coisa é um sistema equilibrado e justo, que facilite a investigação criminal sem cercear a defesa do arguido. Essa é a via correcta. Outra, é um sistema exageradamente regulamentador, com prazos excessivos, em que as questões de forma prevalecem sobre a matéria de fundo, ou em que as manobras dilatórias se sobrepõem à prioridade da descoberta da verdade. Este caminho não é tolerável ou aceitável.

«Os nossos concidadãos não entendem que países com maior tradição democrática que a nossa e onde as garantias dos cidadãos estão plenamente consagradas consigam a realização de julgamentos de modo muito mais célere do que aquilo que

correntemente sucede entre nós.

«As reformas no sistema prisional e no regime do acesso ao Direito são outras prioridades do ano que agora começou.

«A primeira, a reforma do sistema prisional, é necessária e urgente. O que se passa em Portugal neste domínio não constitui motivo de orgulho. Precisamos de um sistema prisional moderno, eficaz e humanizante.

A segunda, a reforma do acesso ao Direito, não é menos relevante. Estamos numa área, a garantia do acesso de todos ao Direito e aos Tribunais, que constitui pedra angular de uma sociedade democrática.

«O acesso aos Tribunais não pode ser nunca um privilégio de alguns. Tem de ser sempre um direito inalienável de todos.

«Senhor Presidente da República, senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça: Esperam-nos tarefas importantes e urgentes, reformas profundas e inadiáveis. Reformas legislativas, de meios, de regras e de instrumentos de intervenção. Reformas que têm um objectivo central: modernizar a nossa administração da Justiça.

«Reformas que implicam a reorganização do mapa judiciário, a revisão da Lei do Recrutamento e Formação de Magistrados, a aposta determinada na especialização, um investimento ainda maior na inovação tecnológica, a promoção e o aprofundamento das soluções extrajudiciais de litígios. Numa palavra, reformas que, modernizando o aparelho de Justiça, contribuem para melhor servir o cidadão.

«Para problemas diferenciados uma Justiça diferenciada. Uma Justiça preventiva. Uma Justiça simplificada. Uma Justiça institucional. Mas sempre uma Justiça credível e prestigiada.

«Este é o caminho. Um caminho reformista que o Governo – e em particular a Sra. Ministra da Justiça – assume com orgulho, não se demitindo das suas obrigações nem se eximindo às suas responsabilidades. Um caminho de mudança que queremos partilhar com os Órgãos de Soberania e com os responsáveis pela Administração da Justiça.

«Uma reforma desta natureza não se faz contra ninguém. Faz-se com a colaboração empenhada de todos. Estaremos assim a contribuir para a dignificação do Estado de Direito, para o prestígio das nossas Instituições, para o reforço da maturidade cívica e democrática do nosso País, para o fortalecimento da nossa Democracia.»

- Gab. Press. PM

Autoridade de Transportes de Lisboa

A Comissão Instaladora iniciou os seus trabalhos no dia 16 sob a direcção de Marina Ferreira

A Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes (AMT) de Lisboa, começou a funcionar a 16 de Janeiro, com a jurista Marina Lopes Ferreira na sua chefia.

Marina João Lopes Ferreira já exerceu funções na Carris, como

Esta situação vai permitir, por exemplo, aos passageiros circular com um título comum. Por outro lado, com as AMT, a responsabilidade do investimento nos sistemas de transportes transita para as autarquias.

Dadas as restrições financeiras das autarquias será necessário encontrar

quilómetros por hora na velocidade média das auto-estradas.

Para o ministro, muitas das medidas que permitem complementar este objectivo são da responsabilidade e competência autárquica, pelo que só a sua integração através da AMT poderá permitir a construção de políticas de desenvolvimento sustentável na Área Metropolitana de Lisboa.

No entanto, Carmona Rodrigues considera que o trabalho da AMT só deverá fazer sentir-se a partir de 2005, já que a comissão instaladora, que hoje tomou posse, irá preparar o funcionamento desta entidade durante os próximos seis meses.

A comissão instaladora da AMT é constituída por três membros do Governo, um representante da Câmara de Lisboa e outro da Junta Metropolitana de Transportes.

«Tudo o que é inovador e importante passa por vicissitudes», adiantou o responsável do Governo, aludindo à relação entre o Estado, autarquias e operadores de transporte e às questões suscitadas pelos autarcas quanto ao modelo de financiamento.

Segundo o ministro, a AMT deverá debruçar-se sobre os investimentos necessários para a melhoria dos sistemas de transportes e a revisão do regime tarifário.

De acordo com a presidente da comissão instaladora, Marina Ferreira, a AMT vai nesta fase inicial, trabalhar essencialmente a articulação entre os organismos públicos e as 19 autarquias que integram a AML.

«É necessário superar os entraves dos serviços camarários, relativamente à gestão do espaço público», frisou esta responsável, salientando que o investimento público nos transportes nem sempre se reflecte na melhoria da qualidade de vida dos utilizadores, devido à falta de condições dos acessos aos mesmos.

Ná Área Metropolitana de Lisboa vivem cerca de 2,6 milhões de pessoas, que realizam diariamente cinco milhões de viagens. A gestão das infra-estruturas de transportes é feita por 24 órgãos diferenciados e por 23 empresas que prestam serviços de transporte colectivo ferroviário, rodoviário e fluvial.

A proposta de Marina Ferreira é «um modelo de organização e estatutos que correspondam a esta realidade e àquela que resulta da dispersão das competências públicas

por dezenas de organismos da administração central e pelas 19 autarquias».

«Esta é uma exigência que tem implicações na própria racionalidade do sistema, pelo que caso se queira fazer alguma crítica à criação da AMT de Lisboa é de que já devia ter sido decidida há muitos anos», afirmou a presidente da comissão instaladora.

Pedro Santana Lopes: «A Autoridade Metropolitana de Transportes representa uma conquista para toda a população.»

Os autarcas da Área Metropolitana de Lisboa acolheram hoje com entusiasmo a instalação da Autoridade Metropolitana de Transportes, sem deixar de notar que esta entidade enfrenta grandes desafios em termos de financiamento próprio e da rede de transportes.

O presidente da Câmara de Lisboa, Pedro Santana Lopes, disse que a concretização da Autoridade Metropolitana de Transportes representa uma conquista para a população da Área Metropolitana de Lisboa, que ao longo dos anos viu as suas condições de mobilidade cada vez mais degradadas.

Para Santana Lopes, os problemas iniciais residiam na inadequação da rede de transportes públicos e nos investimentos desarticulados, que acabaram por se reflectir no crescimento exponencial do uso do automóvel.

Santana Lopes frisou ainda que a ausência de uma Autoridade Metropolitana de Transportes (AMT) foi determinante para a «disfuncionalidade» dos transportes colectivos e para as políticas antagónicas que se seguiram - tirar os carros da cidade, por um lado, e melhorar as acessibilidades, por outro.

O presidente da Câmara de Lisboa considerou que a AMT enfrenta um grande desafio, tendo em conta os 2,3 mil milhões de euros para o financiamento público dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa entre 2003 e 2006.

O autarca lisboeta acrescentou que há necessidade de encontrar novos meios para gerir o sistema em equilíbrio, porque não se podem continuar a desviar fundos necessários ao investimento para responder às dificuldades financeiras dos operadores. - **Fonte: Lusa**



assessora do conselho de administração, e foi também directora-geral das Pescas, além de estar ligada à promoção dos operadores públicos de transportes na Europa.

O quadro da CP (Caminhos de Ferro Portugueses) Oscar Amorim e o economista José António Sequeira fazem também parte da comissão instaladora da AMT de Lisboa.

A comissão instaladora funcionará durante seis meses, período em que têm que apresentar uma proposta que defina o funcionamento das autoridades.

A Junta Metropolitana de Lisboa (JML) nomeou Guilhermino Rodrigues, ex-secretário de Estado dos Transportes, para a representar, enquanto que o jurista João Navega representará a Câmara Municipal de Lisboa.

A Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa foi criada por decreto-lei (DL n.º 268/2003) em Outubro e tem como objecto "o planeamento, coordenação e organização do mercado e o desenvolvimento e gestão dos sistemas de transportes no âmbito metropolitano".

Na prática, estas autoridades irão coordenar os sistemas públicos e privados de transporte de forma a criar uma rede única baseada na procura dos cidadãos.

novos meios de financiamento, que podem passar por uma taxa municipal a pagar pelos empregadores de transportes às autarquias, como acontece em França, ou pelas receitas provenientes dos estacionamentos ou de mais-valias imobiliárias geradas pelas novas infra-estruturas de transportes.

O Governo vai investir um milhão de euros em 2004

Entretanto, foi também anunciado que o Governo vai investir um milhão de euros, este ano, no sistema de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, conforme declaração do ministro das Obras Públicas, Carmona Rodrigues, na cerimónia de tomada de posse dos membros da comissão instaladora.

O ministro anunciou ainda algumas medidas que visam incentivar a utilização dos transportes colectivos e combater a crescente pressão sobre a qualidade do ar, que poderá agravar-se cem por cento entre 1990 e 2010 se nada for feito para o evitar.

Entre estas medidas, Carmona Rodrigues apontou a expansão da linha do Metropolitano em Lisboa, a construção do Metro Sul do Tejo, a ampliação da frota de autocarros a gás da Carris e a redução de seis



José Luís Arnaut e Carlos Tavares inauguram Bolsa de Turismo de Lisboa com um olhar sobre o «Euro 2004»

A 16ª edição da Bolsa de Turismo de Lisboa, que abriu no dia 21, fica marcada pela divulgação de dois eventos, o «Rock in Rio» e o «Euro 2004», e ainda pela aposta no golfe. Contando ainda com a colaboração do ICEP e outras entidades do sector do turismo, como a Confederação do Turismo Português (CTP), a BTL reúne mais de 800 expositores, dos quais 300 estrangeiros, com variadas possibilidades de férias, através dos mais diversos produtos.

Em paralelo com a exposição, são ainda organizadas apresentações de produtos por várias empresas e colóquios sobre temas relacionados com o turismo. Brasil e Espanha são as representações que mais se destacam pela dimensão das áreas ocupadas.

A Bolsa foi aberta pelo Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, José Luís Arnaut e pelo Ministro da Economia, Carlos Tavares, tendo este, na apresentação do novo Sistema de Identidade do Turismo Nacional, afirmado que o orçamento para a promoção turística vai aumentar 43 por cento em 2004, para 50 milhões de euros.

“Todos os dados existentes apontam para a existência de um relançamento do turismo em 2004, com o torneio europeu de futebol a ser aproveitado para promover mais Portugal como destino turístico”, acrescentou Carlos Tavares, que não deixou de avisar que «O Governo vai estar atento à qualidade dos serviços e a eventuais subidas especulativas de preços durante o Euro 2004», prometendo actuar se for necessário.

Carlos Tavares deixou um aviso aos empresários do sector ao afirmar que o aumento da procura esperado durante o campeonato europeu de futebol



não deve significar “deterioração da qualidade dos serviços, nem aproveitamento de tipo especulativo”.

“O Governo estará atento, através dos órgãos próprios, e não deixará de actuar se isso for necessário”, disse o ministro, acrescentando, no entanto, estar confiante de que “isso não acontecerá”, pois os bons empresários “sabem distinguir objectivos de curto e médio prazo e sabem que não podem hipotecar o futuro em nome de ganhos imediatos, mas não sustentáveis”.

O Ministro apelou aos empresários para tentarem atingir níveis de excelência de qualidade dos serviços, de modo a aproveitarem o “grande esforço de promoção” alavancado no Euro 2004. “O pior que poderia acontecer seria não corresponder às expectativas criadas [com a promoção turística do Euro 2004] e desperdiçar-se esta oportunidade”, afirmou Carlos Tavares. - **Lusa**

Nova Directora do SIS



O primeiro-ministro nomeou a Juíza Desembargadora Maria Margarida Abreu Blasco para a direcção dos Serviços de Informações e Segurança (SIS). A nova chefe daquela agência governamental exercia anteriormente funções no Tribunal da Relação de Lisboa e integrava o conselho de fiscalização do Sistema de Informações da República.

A escolha de Margarida Blasco para o cargo de directora do SIS foi anunciada após parecer favorável do Conselho Superior de Magistratura. A nomeação só foi oficializada após audição na Assembleia da República, em sede de Comissão Parlamentar.

O Serviço de Informações de Segurança, cuja tutela o primeiro-ministro delegou no ministro da Administração Interna, é o organismo responsável pela produção de informações destinadas a garantir a segurança interna do país e a prevenir actos de sabotagem, terrorismo, espionagem ou outros que possam afectar o Estado de Direito constitucionalmente estabelecido. - **Lusa**

Uma nova política social: O «Passaporte do Bem-Estar

A recente mensagem do Senhor Presidente da República à Assembleia da República enfatizava a necessidade de a disciplina financeira ser compatibilizada com uma profunda atenção às questões sociais: desemprego, terceira idade, educação, saúde, etc.

Existe uma certa ideia que as preocupações sociais são um monopólio socialista, nem que seja pela identidade das palavras, mas a realidade é que as raízes do Estado Providência foram lançadas por conservadores e liberais como Bismarck, Lloyd George ou Churchill.

Também é real a actual crise do Estado Providência. Não há dinheiro para assegurar todos os bens e serviços que o Estado se propôs prover. Fundo de Desemprego, Pensões, Universidades, Hospitais...nem esses serviços são assegurados com a qualidade que se desejaria. A política social atravessa uma crise de financiamento e de eficiência.

A solução mais simples que tem sido avançada é retirar o Estado dessas actividades, entregando-as aos privados. O problema é que mesmo que se quisesse, é

impossível existir uma retirada geral do Estado. Por um lado, os governos querem ganhar eleições, por outro as pessoas esperam alguma actividade social do Estado em contrapartida dos impostos que pagam.

Mas tem de existir uma solução para a referida crise de financiamento e eficiência do Estado Providência. E a solução não é gastar mais ou investir mais. Isso é impossível. A via é introduzir uma nova política social que trate as pessoas como seres adultos e livres (Julian LeGrand – um dos gurus de Blair designa este enfoque como tratamento de “rainha”), proporcionando-lhes liberdade de escolha e criando uma pluralidade de oferta de bens e serviços sociais. Liberdade de escolha e pluralismo são os vectores estruturais de uma nova política social.

O governo entregaria a cada cidadão um “passaporte do bem-estar” que permitiria a esse cidadão escolher o sistema de protecção no desemprego, o hospital ou a escola que preferisse. O Estado financiava directamente os cidadãos e não as instituições, estas organizam-se-iam em concorrência para prestar o melhor serviço.

Por este sistema o Estado continuaria e desenvolveria a sua função social, ao mesmo tempo que as pessoas seriam tratadas como “rainhas” escolhendo os serviços que mais lhes conviessem. As instituições seriam independentes e detidas pelas comunidades, autarquias ou privados, entrando em concorrência para oferecer os melhores serviços pedidos pelo cidadão.

O Estado teria duas funções essenciais: financiar o cidadão e regular e fiscalizar cada um dos “quase mercados sociais” (apoio no Desemprego; Pensões; Educação; Saúde) garantindo que não haveria abusos e que “standards” mínimos de qualidade eram assegurados.

Com este sistema alia-se a liberdade à questão social obtendo-se um Estado de bem estar verdadeiro gerido de forma eficiente.

- **Rui Verde, * Vice-Reitor e Professor de Direito da Universidade Independente, Fellow e Professor da Newcastle Law School, Universidade de Newcastle, Inglaterra.**



ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua do Paço, n.º11-1.º em Alcochete, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação de contas de 2003;
3. Análise da situação política.

AZAMBUJA (RECTIFICAÇÃO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Azambuja para reunir em sessão extraordinária no próximo dia 31 de Janeiro de 2003 (sábado), pelas 15h00, na Galeria Municipal de Azambuja, sita na Rua Eng.º Moniz da Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Discussão e votação da Moção de Censura à Comissão Política de Secção de Azambuja, nos termos e para os efeitos do artigo 65.º dos Estatutos Nacionais do PSD.

GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola do PSD, para reunir no dia 10 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, na sede, sita na Rua José Vicente Serrano, n.º7 (junto à GNR), em Grândola, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Discussão e aprovação do relatório de Contas respeitantes ao ano de 2003.

GÓIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Góis para reunir no dia 8 de Fevereiro de 2004 (domingos), na Sede Concelhia de Góis (Casa da Lavra), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação das contas da Secção de 2003;
2. Aprovação do Orçamento da Secção para 2004;
3. Áreas Metropolitanas/ Comunidades Intermunicipais;
4. Análise da situação política.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se uma Assembleia Distrital de Leiria do PSD, para uma reunião ordinária, no

próximo dia 31 de Janeiro de 2004 (sábado), pelas 15h00, no Auditório do Cine Teatro Municipal de Figueiró dos Vinhos, sito em Figueiró dos Vinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Contas e Orçamentos para 2004.

MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Moscavide para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Fevereiro de 2004 (quarta-feira), pelas 21h00, na Sede do PSD Moscavide, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação e Votação do Relatório e Contas de 2003;
3. Medidas de Descentralização e Criação de Novos Concelhos;
4. Estratégia Eleitoral Autárquica.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Odivelas, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Fevereiro de 2004 (quarta-feira), pelas 21h30, na sede da Secção, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, 11- C/V dta, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Apresentação e votação do Relatório e Contas da Secção referente a 2003.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, na sede Concelhia, sita na Praçeta Vieira de Araújo, em Ponte de Lima, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da Situação Política local e Nacional.

PÓVOA DO LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do Partido Social Democrata, para o dia 13 de Fevereiro de 2004, às 21h00, na sede do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política local.

PÓVOA DO VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, para reunir, no próximo dia 20 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, na sede concelhia sita à Praça do Almada, n.º7- 1.º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e Aprovação do Relatório e Contas de 2003;
2. Preparação do 30.º Aniversário do Partido Social Democrata;
3. Assuntos de Interesse para o Partido;

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no dia 16 de Fevereiro de 2004, pelas 20h30, na sede da Secção, sita na Av. Paulo VI, lote 101- 1.º dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da Situação Política;
2. Informação sobre a actividade dos eleitos, que nos mais diversos órgãos autárquicos, exercem funções mandatos pelo PSD.
3. Quaisquer outros assuntos que, de acordo com a assembleia, possam ser considerados relevantes para o PSD.

SINES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes para uma Assembleia de Secção, a realizar pelas 21h00, do próximo dia 21 de Março de 2004 (quinta-feira), na sede concelhia, sita na Rua de Ferreira, 10 em Sines, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação das contas de 2003;
3. Análise da situação Política;
4. Diversos.

SECÇÃO ORIENTAL DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes para uma Assembleia Geral da Secção Oriental de Lisboa, a realizar no próximo dia 12 de Fevereiro de 2004 (quinta-feira), pelas 21h30, na sede da Secção, sita na Rua Manuel dos Santos, lote 21^A, subcave em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e aprovação das contas do ano de 2003;
2. Análise da situação política.

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo de Estatutos Nacionais do PSD- Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção (Plenário de Militantes), para o próximo dia 14 de Fevereiro, Sábado, pelas 15h00, na sede Concelhia, sita na Av. Camilo de Matos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação de contas referentes ao ano de 2003;
2. Análise da situação política-partidária;

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir na sede Concelhia, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212, 3.º, sala 14, no dia 5 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação do relatório de actividades e contas de 2003;
3. Aprovação do plano de actividades e orçamento para 2004;
4. Análise da situação político-partidária.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu do PSD, para uma reunião ordinária, no próximo dia 13 de Fevereiro de 2004 (sexta-feira) de 2004, pelas 21h00, no salão Nobre da Assembleia Municipal (Solar dos Peixotos), em Viseu, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.



MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Moita, para reunir no próximo dia 6 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, na Av. António Aleixo, Bloco L, n.º 1, Quinta da Fonte da Prata, em Alhos Vedros, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da CPS, Mesa do Plenário de Secção e Conselheiro Distrital (1).

NOTA: As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral na morada acima indicada.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 22h30.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Mafra, a realizar-se no próximo dia 13 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, a decorrer nas instalações da Sede de Secção da JSD de Mafra, (Terreiro D. João V, n.º 66 - 2.º - 2640-492 Mafra), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informação;
- 2- Análise da Situação Política;
- 3- Outros.



Política de Imigração, Integração e Emprego

Carlos Coelho considera positiva abordagem comum

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** considerou, em Estrasburgo, “ **muito positiva**” a comunicação da Comissão Europeia sobre **imigração, integração e emprego** por, pela primeira vez serem “**abordadas de uma forma equilibrada 3 questões fundamentais e que se encontram interligadas**”.

Carlos Coelho salientou que “*desde sempre e cada vez um maior número de pessoas procura melhores oportunidades ou protecção através da migração: para escapar à guerra, perseguição, pobreza, desemprego ou violações de Direitos Humanos.*”

Temos assistido, porém, a um aumento de movimentos migratórios ilegais, geralmente geridos por redes criminosas que induzem em erro os potenciais migrantes que acabam por se ver obrigados a trabalhar em condições totalmente contrárias ao prometido, incluindo, por vezes, abusos físicos e/ou psicológicos e violações dos seus direitos humanos”.

A gestão dos fluxos migratórios

O Deputado social democrata defendeu que “**deverá existir uma política comum de imigração, com condições e regras comuns** para a entrada e residência de trabalhadores migrantes, que deverá

ter sempre em conta as necessidades reais do mercado de trabalho e da própria economia em cada um dos Estados Membros.

(A tendência existente é a de envelhecimento da população em idade activa. Vários estudos internacionais indicam que a população em idade activa da UE-25 deva diminuir de 303 para 297 milhões em 2020, e para 280 milhões em 2030, sendo que esta diminuição do volume total do emprego trará, indubitavelmente, consequências negativas para o crescimento económico).

Deve caber a cada Estado Membro, acrescentou Carlos Coelho, avaliar e decidir se precisa ou não de aumentar a sua força de trabalho, em que quantidade, em que sector, tendo em conta as suas necessidades reais, bem como a sua capacidade de acolhimento e integração desses imigrantes.

Deve existir uma **luta contra os fluxos migratórios clandestinos**, oferecendo aos migrantes económicos a possibilidade de utilizarem canais legais claramente definidos e transparentes para compensar eventuais faltas de mão-de-obra, em cada um dos Estados Membros. A proposta de Directiva sobre a admissão de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego, deverá contribuir para tornar claro



as potenciais imigrantes a forma de obter acesso legal ao território da União. Deverá combater-se o trabalho ilegal e penalizar sobretudo os que dele beneficiam, que não as suas vítimas”.

A melhoria da integração dos migrantes na UE

Para Carlos Coelho, deverá ainda existir “**uma abordagem comum que assegure a integração nas nossas sociedades dos nacionais de países terceiros**, sendo-lhe assegurados direitos e obrigações comparáveis aos dos cidadãos da UE (como é o caso do direito de residência, de acesso ao ensino e ao trabalho), promovendo a não

discriminação a nível económico, social e cultural (em que os Estados Membros deverão elaborar programas nacionais nesse sentido).

Tal abordagem, proporcionará **benefícios económicos globais**, ao permitir a concretização do potencial económico dos imigrantes, promovendo a coesão social e o respeito da diversidade, e contribuindo deste modo para a realização dos objectivos de Lisboa”.

A necessidade de cooperação com os países de origem

Carlos Coelho defendeu ainda “**uma assistência aos países terceiros, de modo a reforçar a sua capacidade de gestão das migrações**. Implicando, igualmente, a negociação de acordos de readmissão.

Deverá existir, acrescentou, **uma política comum em matéria de regresso das pessoas em situação ilegal**, com normas mínimas para os procedimentos de regresso, bem como um reconhecimento mútuo dessas decisões, e com o cofinanciamento de projectos de cooperação ao abrigo de um programa de ajuda ao regresso (contribuindo para a formação, criação de novos empregos, melhores condições de vida e desenvolvimento económico nos países de origem)”.

Regina Bastos defende impulso comunitário para criar emprego nos serviços

A Deputada do PSD **Regina Bastos** defendeu no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que o **sector dos serviços** “*é um motor para a criação de emprego e como tal, tem de receber a devida atenção*” e que é necessário “*formular políticas concretas, a nível comunitário*”, destinadas a este sector.

Num debate sobre o desenvolvimento do sector dos serviços para a criação de postos de trabalho, Regina Bastos sublinhou que “*a situação dos vários Estados-membros no que diz respeito a este sector económico é muito diferente. Portugal, por exemplo, dispõe de altas potencialidades de criação de emprego no sector dos serviços, nomeadamente : serviços intensivos em conhecimento a fornecer às empresas e outras instituições ; serviços de apoio à família ; e no turismo e actividades associadas.*”

Tendo em conta o papel decisivo do sector dos serviços na melhoria da competitividade da economia, assim como, na criação de mais e melhores empregos, foi dada uma atenção especial neste domínio no **Plano Nacional de Emprego Português para 2003-2006**.

Apesar disso, a taxa de emprego no sector dos serviços é, em Portugal e na Grécia, a mais baixa da União Europeia (58% em 2000)”.

Regina Bastos defendeu, neste quadro, que é “**necessário um impulso ao nível comunitário**” e entende que a Comissão Europeia deve elaborar “*um Livro Branco sobre a realização de um mercado europeu de serviços eficazes*”.

A Deputada social democrata salientou o papel dos Estados-membros nesta matéria. “*São eles que devem desenvolver, em colaboração com os parceiros sociais, um enquadramento eficaz e claro para o sector dos serviços. Compete também aos Estados-membros assegurar a aplicação das políticas apropriadas. Por outro lado, as barreiras administrativas que impedem a livre circulação dos trabalhadores e a prestação transfronteiriça de serviços devem ser eliminadas*”.

Regina Bastos sublinhou ainda “*a necessidade de a Comissão e os Estados-membros promoverem o método aberto de coordenação das políticas nacionais relativas ao emprego no sector dos serviços com o objectivo de trocar informações e melhores práticas*”.

Secção B de Lisboa dispõe de Bar

Os responsáveis desta estrutura da JSD de Lisboa, congratulam-se com a inauguração do seu Bar de secção.

O evento teve lugar na passada terça-feira, dia 13 de Janeiro pelas 22h30, com a presença de convidados das restantes secções do concelho de Lisboa e demais amigos.

O Bar da secção B está aberto todas as terças depois das 22h30.

JSD/Terceira foi a votos

Realizaram-se na sexta-feira, dia 23 de Janeiro, as eleições para os órgãos concelhios e de ilha da JSD/Terceira, nos Açores.

As três candidaturas que se apresentaram isoladas aos respectivos actos eleitorais ditaram as seguintes lideranças: o companheiro Francisco Ávila torna-se Presidente da Comissão Política Concelhia da Praia da Vitória, André Avelar vai comandar os destinos da Comissão Política de Angra do Heroísmo e Berto Cabral vai trabalhar, no plano geral da ilha, presidindo à Comissão Política de Ilha.

Os três novos executivos apresentam como principais linhas de acção o aumento do número de militantes na ilha Terceira, a realização de diversos eventos ligados à Juventude, sobretudo ao nível da formação cívica e política, e a intervenção social em assuntos de interesse local.

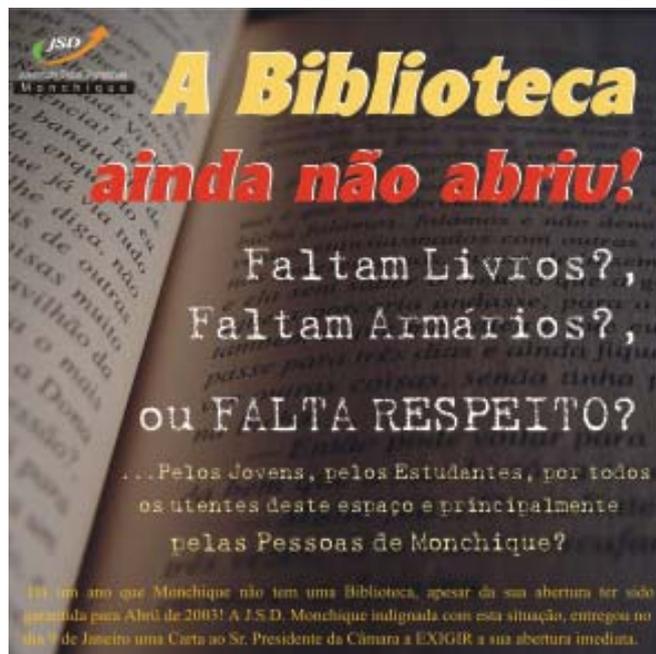
Após a realização das eleições, seguiu-se um convívio entre os militantes da JSD/Terceira, na sede do PSD em Angra do Heroísmo.

Encontro de Militantes da JSD/Cadaval

No próximo dia 7 de Fevereiro, a Comissão Política de Secção do Cadaval, juntará militantes e simpatizantes da JSD do concelho. A iniciativa será um jantar a decorrer na freguesia de Figueiros, na Associação Cultural local, seguido por uma festa no Núcleo de Figueiros.

De realçar que este núcleo dispõe de sede própria, e o seu bar tem-se mantido aberto diariamente desde 2001, como espaço de discussão política e encontro de jovens militantes e simpatizantes.

JSD/Monchique “ganha” Biblioteca para o Concelho



Como temos noticiado, a Comissão Política da JSD de Monchique não tem parado na sua acção de denúncia do mau trabalho autárquico da edilidade local.

Na passada edição demos conta do protesto cívico da JSD contra a existência de uma importante valência que teimava em não ser útil à sociedade: a Biblioteca.

Quatro dias volvidos, a CM Monchique resolve, quase às escondidas, abrir o espaço ao público.

Em comunicado, os responsáveis da secção da JSD congratularam-se pelo sucesso da sua campanha de mobilização, mas não se coíbem de atacar os autarcas rosa pela forma como o processo foi conduzido.

Hoje divulgamos a imagem da acção em favor da reabertura da biblioteca municipal.

Desenvolvimento Sustentável debatido este fim-de-semana

A JSD eborense Évora levou a cabo no passado dia 24 de Janeiro, um workshop subordinada ao tema “Évora: Caminhos para um Desenvolvimento Regional Sustentável”.

Entre os principais objectivos deste evento estiveram a promoção do debate sobre o desenvolvimento local sustentável de modo a aumentar o conhecimento e a capacidade de discussão destas temáticas, e o desenvolvimento de orientações estratégicas em áreas prioritárias.

De realçar que o site onde estão alojadas as páginas web das secções e distrital, possui agora um entretenimento online: divertidos jogos para desanuviar.

Plano Turístico de Loulé aplaudido pela JSD local

A JSD/Loulé saúda o novo plano turístico para o concelho e o acolhimento dado pela Câmara Municipal a “novos projectos turísticos do ramo hoteleiro”, que trazem mais e melhor investimento ao município.

Em comunicado, os dirigentes concelhios declaram que “este será certamente um grande passo no desenvolvimento de Loulé, identificando o concelho com uma imagem de prestígio e qualidade”.

JSD/Tavira lança cooperação com Freguesias do Concelho

A Comissão Política de Secção da JSD/Tavira anunciou o estabelecimento de um acordo de cooperação com as Juntas de Freguesia locais, “de maneira a poder prestar o seu auxílio humano ou logístico, para a realização de actividades promovidas por estas instituições”.

Segundo os responsáveis locais, pretende-se dar um contributo para a

concretização de projectos e ideias que elevem bem alto o concelho de Tavira no panorama regional ou mesmo nacional”.

Esta informação foi divulgada no âmbito da I Comissão Política Distrital Alargada de 2004, que reuniu em Tavira a CPD liderada pelo companheiro Nuno Vaz Correia e presidentes de secção algarvios.

No Barreiro:

Alargamento em debate

No próximo dia 6 de Fevereiro (6ª feira), pelas 21h, no Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, a Comissão Política Distrital da JSD/Setúbal organiza um Debate sobre “O Futuro da UE Pós-Alargamento”.

O orador convidado é o Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Pacheco Pereira.

Um tema bastante actual, a não perder!

Secção de Évora fala da Revisão Estatutária

A convite da Comissão Política de Secção da JSD/Évora, os Presidentes de Secção do restante distrito e demais dirigentes e militantes, debaterão o passado Congresso.

As alterações estatutárias, o impacto das mesmas sobre a estrutura e temas semelhantes serão abordados nesse encontro.

A iniciativa terá lugar a 31 de Dezembro, pelas 17 horas, na sede local, e contará com a presença do Director de Informação da JSD, Paulo Colaço.

Leia, assine e divulgue

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

P O V O L I V R E

TABELA DE ASSINATURAS

Continente	Regiões Autónomas	
6 meses.....	16,21 €	6 meses.....22,45 €
12 meses.....	29,93 €	12 meses.....38,91 €
Apoio.....	59,86 €	
Estrangeiro	semestral	anual
Espanha.....	22,45 €	38,91 €
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....	29,93 €	64,84 €
Outros Países.....	59,86 €	94,77 €

BOLETIM DE ASSINATURA

PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 01 - 3952140

Nome: _____

Morada: _____

Cód. Postal: _____ Localidade: _____

Assinatura: Nova Renovação Semestral Anual

Junto envio cheque nº: _____

Segue Vale correio nº: _____

Junto numerário no valor de: _____

Assinatura

Caso seja militante por favor indique o seu número de militante _____

Jogos Olímpicos - 2004



O Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, José Luís Arnaut na cerimónia de assinatura dos contratos programa entre as federações desportivas e o Comité Olímpico de Portugal, com vista aos Jogos Olímpicos de 2004, em Atenas.

Editorial



Portugal está a mudar

Em 2001 o País sentia absoluta necessidade de um conjunto significativo de reformas estruturais.

A falta de coragem governativa para as levar a cabo era motivo de acesa crítica por parte da quase totalidade da população portuguesa. Mas sem a determinação política necessária para o fazer, era difícil colocar o País no caminho do progresso social e do desenvolvimento económico.

A matriz reformadora deste Governo fez-se sentir desde a primeira hora. Alguns exemplos falam por si:

Na saúde os genéricos são hoje uma realidade, ganhou o Estado e ganhou o cidadão. Os hospitais estão hoje com melhor gestão, com menos desperísio e os utentes com melhor atendimento. Na educação a escolaridade obrigatória passou para os 12 anos, a autoridade dos Professores foi reforçada, os recursos, colocados ao dispor dos estabelecimentos de ensino, são adaptados às novas realidades tecnológicas.

No ensino superior consagrou-se o regime das prescrições e tendo como princípio a justiça social, foram actualizadas as propinas. No campo laboral, implementou-se um novo código de trabalho. Este diploma é fundamental para gerar mais investimento e consequentemente criar mais emprego.

Na administração fiscal, dinamizou-se o combate à evasão para que todos paguem e os mais penalizados (trabalhadores por conta de terceiros), paguem menos. Baixou-se o IRC das empresas de forma a torná-las mais viáveis, mais competitivas e para que o bom investimento estrangeiro em Portugal seja mais atractivo. A Sisa chegou ao fim, finalmente!

A administração pública está a ser objecto de uma profunda reforma, o objectivo é claro: uma administração que sirva o cidadão, que funcione ao ritmo das empresas e que motive e acarinhe os funcionários públicos. É fundamental para a melhoria da competitividade do País.

O Portugal de hoje é melhor e mais promissor que o Portugal de ontem. A coragem de assumir a verdade nas contas públicas e de interiorizarmos as nossas fragilidade estrutural foram factores decisivos para olharmos em frente e criarmos as condições para vencer.

Durão Barroso recebe P M da Guiné-Bissau



O governo de transição da Guiné-Bissau vai gerir “com a máxima transparência” a ajuda internacional que receber, para financiamento das suas despesas, até às eleições legislativas de Março, garantiu em Lisboa, o primeiro-ministro guineense, Artur Sanhá.

“Vamos gerir tudo com a máxima transparência, não só nas finanças públicas, mas também através de uma missão de acompanhamento composta pelos parceiros da cooperação”, disse Artur Sanhá no final de um encontro na quinta-feira com o seu homólogo português, José Manuel Durão Barroso.

“A nossa missão é relançar o país através de reformas pontuais”, salientou o primeiro-ministro guineense.

Questionado pelos jornalistas sobre a possibilidade de um adiamento das eleições legislativas previstas para dia 28 de Março, Artur Sanhá afirmou que, até agora, “não há motivos para pensar no adiamento das eleições”.

Em relação ao encontro com o primeiro-ministro português, Artur Sanhá salientou que “Portugal deu todo o apoio e solidariedade à Guiné-Bissau”.

A Assembleia da República portuguesa ofereceu 10,6 mil euros ao Conselho Nacional de Transição

da Guiné-Bissau, contribuição que foi entregue hoje em Bissau, para financiar as despesas correntes daquele órgão, que funciona como um mini-parlamento. Este donativo vem juntar-se ao milhão e meio de dólares já doado aquele país lusófono, dos quais 500.000 dólares canalizados através do Fundo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e um milhão anteriormente, segundo a secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Manuela Franco que adiantou, após a 30ª reunião extraordinária do Comité Permanente de Concertação da CPLP, em que participou Artur Sanhá, que o Conselho Nacional da Transição (CNT) guineense tem demonstrado empenho no processo de reforma do país no estabelecimento de uma ordem constitucional no país que “está a dar alguma confiança aos doadores”.

Antes da visita a Lisboa, a delegação guineense esteve em França, onde também lhe foi concedida uma ajuda de 500 mil euros para auxiliar a relançar a economia, e em Bruxelas, onde o governo guineense pediu o reconhecimento formal, pela União Europeia (UE), das novas autoridades da Guiné-Bissau, saídas do golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003.

“A União Europeia mostrou-se muito receptiva e elogiou os passos dados pelo governo de transição desde o golpe de Estado”, disse Artur Sanhá, que regressa a Bissau na sexta-feira.

A reunião de Bruxelas marcou o início do processo de normalização das relações entre a UE e a Guiné-Bissau, tendo as duas partes chegado a acordo sobre os passos que devem ser dados nos próximos três meses para que as novas autoridades de Bissau sejam reconhecidas pelos europeus e o país continue a beneficiar dos apoios à cooperação.

Estas consultas enquadram-se nas obrigações previstas no Acordo de Cotonou, que regula o relacionamento entre a UE e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico). - **Lusa**

